

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM CONTEXTO DE POBREZA EXTREMA
1994-1999: ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES 25 DE SETEMBRO DE MULIMA
(DISTRITO DE CHEMBA)**

Por

Maria Judite Mário Chipenembe

Sob orientação de

Prof. Dr. Yussuf Adam

Trabalho de Fim de Curso Apresentado à Unidade de Formação e Investigação em
Ciências Sociais Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciatura em Antropologia

Junho de 2001

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4619
DATA	20/07/05
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	ATO - 30

ÍNDICE

CAPÍTULO I

- 1. INTRODUÇÃO 1
- 2. JUSTIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO 3

CAPÍTULO II

- 1. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEPTUAL
 - 1.1. *Introdução* 5
 - 1.1. *Comunidade* 6
 - 1.3. *Pobreza Extrema* 8
 - 1.4. *Desenvolvimento* 10
 - 1.5. *Participação Versus Participação Comunitária* 11
- 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
 - 2.1. *Participação Comunitária e Pobreza: Uma Relação Instrumental* 15
 - 2.2. *Participação Comunitária em Moçambique* 18
- 3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 21
- 4. METODOLOGIA
 - 4.1. *Recolha de Informação* 22
 - 4.2. *Universo de Estudo* 23
 - 4.3. *Tratamento dos Dados* 24
 - 4.4. *Localização Geográfica* 25

CAPÍTULO III

- 1. POBREZA EXTREMA NO DISTRITO DE CHEMBA 27
 - 1.1. *Povoação Thentha* 33
 - 1.1.1. *Origem dos Senas: Mualo ua Sena!* 34
 - 1.2. *Percepções Locais de Pobreza* 35
 - 1.2.1 *Termos Locais de Pobreza* 36
 - 1.2.2. *A Pobreza: Kutcherenga ou Humbáue?* 36
 - 1.2.3. *Monogamia como um Sinónimo de Pobreza* 37
- 2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO A NÍVEL LOCAL (PDHL) 45
 - 2.1. *Funcionamento do Programa no Distrito* 47
 - 2.2. *Associação de Camponeses 25 de Setembro de Mulima* 51
 - 2.3. *Associação como Sinónimo de Cooperativas* 57
- 3. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: *GUMIRA OU NOMI!* 59

CAPÍTULO IV

- 1. CONCLUSÕES 62
- 2. BIBLIOGRAFIA 69
- 3. ANEXOS vi

Agradecimentos

Para a concretização deste trabalho devo agradecer em primeiro lugar a minha família, particularmente ao Mário Domingos Joaquim e Maria Laura Inácio Nota que me apoiaram moralmente durante a realização do trabalho.

Em segundo lugar ao meu supervisor Prof. Dr. Yussuf Adam, ao Dr. Feliciano de Mira, Sr. Eduardo Cláudio Borges e particularmente ao Instituto Nacional de Acção Social que financiou a realização da pesquisa no distrito de Chemba.

A todos aqueles que tornaram este trabalho possível e que são demasiadamente numerosos para que eu me lembre facilmente e que se eu me lembrasse deles não caberiam fisicamente aqui.

A todos os habitantes da aldeia onde fiz o meu trabalho de campo. Aos funcionarios do projecto e da administração local. Aos meus informadores.

ABREVIATURAS

- DAIL- Direito e Apoio as Instituições Locais
DEL- Desenvolvimento económico Local
FARE- Fundo de Apoio e Reabilitação Económica
FFPI – Fundo de Fomento a Pequena Indústria
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
GRTA- Gestão de Recursos Territoriais e Ambiente
IFPRI- Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares
INE- Instituto Nacional de Estatística
INDER- Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
MISAU- Ministério da Saúde
MICAS- Ministério para Coordenação da Acção Social
MPF- Ministério de Plano e Finanças
OMM- Organização da Mulher Moçambicana
ONG- Organização Não Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ORAM- Associação Rural de Ajuda Mútua
PDHL – Programa de Desenvolvimento Humano a Nível Local
PIRAC- Projecto Austríaco para o Desenvolvimento Rural
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UDAC- União Distrital de Associação de Camponeses
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
UNAC- União Nacional de Associação de Camponeses
UNOPS- United Nations for Project Services

Sumário

A pobreza extrema caracteriza o distrito de chemba. Na localidade de Mulima, onde o trabalho de campo foi concentrado, os indicadores económicos e sociais, incluindo as respectivas causas definidas pela política governamental, estão presentes na percepção da população, mas na óptica desta última, a principal causa da pobreza está relacionada com a falta de respeito pelos espíritos ancestrais por parte dos residentes que professam diversas religiões e do régulo Mulima que não cumpriu com as normas tradicionais. O Programa de Desenvolvimento Humano a nível Local está em curso na província de Sofala nos distritos de Caia, Chemba e Maríngue desde 1999 para combater a pobreza extrema. Os objectivos principais são de apoiar a consolidação da paz, a reconciliação nacional e o aprofundamento da democracia através do envolvimento da população. A pesquisa decorreu na povoação Thentha situada no posto administrativo de Mulima, com a associação de camponeses formada para receber e gerir uma moageira fornecida pelo programa. Os resultados de pesquisa confirmam que as motivações que estão na base da participação das pessoas no programa de desenvolvimento não estão directamente ligadas a satisfação das necessidades básicas de subsistência- alimentação, vestuário, alojamento e outros. Os residentes de Thentha tornaram-se membros da associação de camponeses porque este era o meio "sine qua non" para obter ajuda material e financeira. Sem associação não teriam o acesso a crédito para comprar uma moageira e para fazer o negócio que ela permite. Tiveram que sacrificar o gosto pelas actividades económicas individuais por actividades grupais tipo associação porque o projecto assim o exigia. Mas acabaram por desistir da associação todos os que não pertenciam à sua família alargada. A Associação passou a ser uma empresa privada como todos queriam mas não a de um indivíduo mas da sua família alargada

CAPÍTULO I

1. Introdução

A participação da população no combate à pobreza surge como o resultado do reconhecimento da ineficiência dos projectos de desenvolvimento rural, aplicados nos países subdesenvolvidos, em que a população não era envolvida na resolução dos seus problemas.

Em Moçambique, a independência é conquistada em 1975. A erradicação do subdesenvolvimento, a pobreza apresentada como parte intrínseca dessa situação seria tarefa do socialismo que se pretendia construir. As políticas traçadas não surtiram efeitos desejados. Passados 25 anos, a pobreza continua a afectar a maior parte da população de Moçambique. As explicações mais comuns sobre as causas apresentam os seguintes factores: herança colonial, guerra civil e calamidades naturais. Há uma falta de atenção sobre os aspectos culturais ignorados pelas políticas de desenvolvimento fracassadas.

No contexto do novo regime político (multipartidarismo) e económico (mercado), as políticas de combate a pobreza passaram a incorporar a participação comunitária, como um instrumento fundamental, nos projectos de desenvolvimento rural¹. Mas na verdade, trata-se de uma solução que ao longo das últimas décadas circula nos gabinetes através de relatórios e planos de acção das ong's e agências internacionais². O desenvolvimento comunitário constituiu o paradigma de desenvolvimento da Inglaterra e da França nos seus territórios africanos nas décadas de 40 e 50. Em Moçambique funcionários do Estado Colonial propuseram um plano para o desenvolvimento comunitário com todos: estudo da situação, programa de implementação e estruturas a criar. O orçamento não estava esquecido. A Promoção Social em Moçambique foi redigida por altos funcionários do Estado Colonial, que incluíam além do administrador

¹ Vide: Programa Quinquenal do Governo 1995-1999, Estratégia de Redução a Pobreza, 1995; Linhas de Acção para a erradicação da Pobreza Absoluta, 1999; Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2000-2004.

² Negrão, 1997:119.

na altura e cientista social António Rita-Ferreira, um antigo alto-quadro do Partido Comunista Português depois recuperado pelo Salazarismo.

Nessa base, ao investigar a aplicação dessa técnica no processo de desenvolvimento económico e social da população em Moçambique, deparamo-nos com um contexto não apenas pobre mas também rural, onde os modos de produção³ e organização de actividades económicas e sociais específicas são por natureza questões tratadas pela Antropologia. Por isso, a maneira como o processo de mudança social decorre no contexto de pobreza extrema constitui o cerne da preocupação na qual assenta o presente trabalho. O objectivo principal é de contribuir para que o combate à pobreza seja mais efectivo, lutando contra a pobreza das análises para que a pobreza das pessoas seja melhor combatida. Para, em termos gerais, compreender e explicar a maneira como as pessoas, inseridas no contexto de pobreza extrema, participam de forma comunitária nas actividades económicas de um programa de desenvolvimento económico e social, e em particular, analisar e caracterizar pobreza e suas respectivas percepções locais, e o envolvimento da população no Programa de Desenvolvimento Humano a nível Local (PDHL) em Chemba. Portanto, procura-se demonstrar que o envolvimento da população no combate a pobreza extrema é caracterizado por um processo de interacção social entre indivíduos diferentemente condicionados e de mobilização social levado a cabo por indivíduos que não são pobres nem rurais- os "outsiders".

³ Modo de produção significa uma maneira social e material de produzir, que caracteriza o processo de apropriação do homem pela natureza e a base de uma sociedade (Godelier, 1987:63).

2. Justificação e Importância do Estudo

A situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população de Moçambique demonstra a pertinência deste tipo de estudos como um contributo para o conhecimento dessa realidade e adequação de políticas e planos que diminuam as carências da população afectada. Apesar dos projectos e investimentos realizados ela não diminuiu significativamente. Há problemas de concepção e de análise da realidade. As políticas tem sido apenas formuladas com base em indicadores numéricos de pobreza. A dimensão cultural, manifestada na organização social das actividades económicas e nas percepções locais de pobreza, não tem sido considerada. Contudo, a pesquisa oferece uma contribuição para o debate sobre a participação comunitária no processo de combate a pobreza extrema em Moçambique.

Os critérios de selecção do local de pesquisa de campo foram os seguintes:

Indicadores de Pobreza: O mapa de distribuição de pobreza em Moçambique, indica a província de Sofala como a mais pobre, com incidência de 87,9% (anexo nº3), onde mais de um milhão de pessoas é pobre. A situação de pobreza nas zonas rurais é ainda mais dramática com incidência de 92,3%⁴. No distrito de Chemba, parte integrante desta província a incidência é de 90%⁵;

Localização do Distrito: A localização do distrito é outra particularidade, na medida em que é limitado pelo distrito de Maríngue onde se encontrava a base de guerra da Renamo, factor que explica a acentuada degradação de infra-estruturas;

Existência de um Programa de Alívio à Pobreza: um projecto de alívio à pobreza disponibiliza informação sobre a situação de pobreza e cria algumas condições para a realização do trabalho de campo. A selecção do Programa de Desenvolvimento Humano a nível Local (PDHL), como objecto de estudo surge

⁴ INE:1996.

⁵ ACNUR:1996, MISAU:1997.

pelo facto de tomar não apenas a participação da população como um elemento chave mas também pelo facto de ter priorizado os distritos mais pobres;

Conhecimento da Língua: O conhecimento parcial da língua cisena dominante em Chemba facilitaria o trabalho de campo e permitiria uma comunicação mais profunda com os entrevistados;

Origem Étnica: o facto de ser de origem sena despertou interesse particular, isto é, tentar perceber a origem deste povo, sobretudo, do ponto de vista científico;

Actividade profissional: o facto de ser funcionária do Instituto Nacional de Acção Social, Departamento de Programas, área de desenvolvimento comunitário influenciou a escolha do tema.

CAPÍTULO II

1. Referencial Teórico Conceptual

1.1. Introdução

Os conceitos além de apresentarem endogeneidade e heterogeneidade de valores são produzidos e adquirem significado no bojo de uma certa teoria. Esta complexidade dos conceitos tende a ser relegada para segundo plano nas análises, criando uma grande dificuldade na inteligibilidade das análises. Os problemas complexos tendem a ser abordados através de análises que acabam por não respeitar as fronteiras artificiais de várias disciplinas. Numa situação em que aquilo que Boaventura de Sousa Santos no seu "Discurso sobre as Ciências" considera, o paradigma do futuro já não é, pois se tornou num paradigma do presente, domina a investigação científica e torna-se fundamental definir os conceitos e fazer a sua história. Os quatro conceitos de base, comunidade, pobreza, desenvolvimento e participação são conceitos extremamente complexos e não há uma convergência nas definições. Mais complexos se tornam conceitos que surgem da combinação dos conceitos anteriores— participação comunitária. A utilização de um mesmo conceito por teóricos, cientistas, ong's e governo torna o assunto ainda mais complexo, porque a forma de utilização vulgar não corresponde ao esquema teórico em que este conceito foi criado.

Começamos por definir a comunidade para caracterizar a pobreza que caracteriza o distrito em estudo, tendo em conta as possíveis relações comunitárias, para perceber como é que um programa de desenvolvimento se concretiza com a estratégia de participação comunitária. Durante este exercício encontramos algumas dificuldades, pois, as obras consultadas no âmbito da elaboração do quadro teórico, não estavam directamente relacionados com o objecto de estudo. Foram elaborados de acordo com objectivos específicos e dentro de contextos históricos, sociais, culturais e políticos particulares. Na Antropologia e Sociologia é difícil encontrar uma teoria direccionada sobre a questão de participação comunitária. Existem apenas extractos e fragmentos dispersos que nos indicam uma concepção de participação comunitária. Já os organismos institucionais e agências de desenvolvimento (nacionais e internacionais), tem produzido no campo institucional ideias, conceitos e variáveis caracterizadoras desse campo

(participação comunitária) que não só reflectem uma concepção política como também mecanismos e técnicas para a sua concretização. Nessa base, há que distinguir, pelo menos do ponto de vista sociológico, definições científicas das políticas ou filosóficas no sentido geral, muito embora estas últimas contêm, de vez em quando, elementos provenientes de teorias científicas. As ciências sociais procuram estudar a realidade social tal e qual como elas se apresentam, enquanto que as políticas sociais, ou as de intervenção no âmbito da participação da população no processo de desenvolvimento rural, pelo menos em Moçambique, procuram determinar como deve ou não deve ser o processo de participação denominado comunitário, separando-se dos canones pelo qual os conceitos foram criados.

1.2. Comunidade

Na perspectiva sociológica resultante do confronto entre os valores individuais e colectivos da sociedade moderna, Tonnies (1887) sistematizou a noção de comunidade usada pelos iluministas e conservadores⁶. A comunidade é um organismo vivo que se expressa numa relação íntima, familiar e exclusiva, ou seja, o indivíduo desde o nascimento vive em comunidade, na felicidade e na dor, é se lançado na sociedade como na terra⁷. Com esta definição o conceito deixa de ser uma utopia que remete ao passado ou que remete ao futuro como pretendiam os iluministas e os conservadores⁸. O conceito de comunidade é um conceito reaccionário legitimado pelo passado, pelo presente e pelo futuro tornando o indivíduo numa espécie de incapacidade e de inexistência teórica. Autores como Weber (1924), Boudon e Bourricaud (1993), a partir do critério de racionalização salientam que a comunidade é uma comunalização, isto é, uma relação social que resulta de ligações emocionais ou tradicionais dos seus participantes⁹. A comunidade só existe com propriedades de comunalização quando se verificam interesses interpessoais que implicam laços consagrados num sistema interdependente. A família é usada como protótipo de comunidade porque consiste numa unidade não apenas de

⁶ Os iluministas no século xviii, viam a comunidade como inimiga do progresso e símbolo de tradições a serem destruídas (Nisbet, 1977:55). Enquanto os conservadores no século xix, contra o individualismo, viam a comunidade como símbolo de tudo de bom que o progresso havia destruído (Sawaia, 1996:36-37).

⁷ Tonnies, 1989:511.

⁸ Sawaia, 1996:37-42.

⁹ Weber, 1987:77; Boudon e Bourricaud, 1993:73.

reprodução, produção, lar, consumo e transmissão de património, mas também de solidariedade¹⁰.

Na perspectiva antropológica, a cultura tem um papel preponderante na formação da comunidade. Redfield (1953) definiu a comunidade como um espaço geográfico delimitado, uma entidade autónoma, homogénea e auto-suficiente¹¹. Esta definição é limitada porque tende a isolar a comunidade do seu contexto global -Estado¹². A comunidade deve ser vista como parte integrante da sociedade como Tonnies já havia salientado. A comunidade é um conceito mais baixo do que sociedade, difere da sociedade pela sua natureza privada, mas existe uma relação intrínseca com ela que se traduz no espaço público. Diferentemente desta visão, Turner (1969), Bernardi (1974) e Calhoun (1980) definem a comunidade como o resultado da estrutura social ou cultura. Turner define a comunidade como um complexo coordenado e ordenado à fins específicos que implicam estabilidade na estrutura, a cultural sobrepõe o individual tornando-se um bem comum¹³. Bernardi define a comunidade como um património hereditário...a participação que engloba todos os membros¹⁴; Calhoun define a comunidade como uma variável dependente da estrutura social, ou seja "...a dimensão experimental da "comunidade" depende da dimensão estrutural, o sentimento de pertença a uma comunidade, ou seja, funda-se directamente nas relações sociais específicas..."¹⁵. Contudo, ambas as perspectivas reconhecem que a coexistência ou agregação de indivíduos num determinado espaço geográfico constitui apenas uma "comunidade imaginada"¹⁶. As comunidades são também imaginadas, inventadas pois não há nenhum grupo social que tenha todos os requisitos da definição de comunidade. A diferença surge quando para os sociólogos a comunidade pode-se referir a um conjunto de ideias e sentimentos ou a um complexo de relações sociais e, para os antropólogos estas relações sociais são o resultado da cultura. Ambas as perspectivas são importantes porque permitem compreender a discussão existente em torno deste conceito -ao definirmos a

¹⁰ Ibidem.op.cit.

¹¹ Redfield,1972:13.

¹² Pinto,1985:1331.

¹³ Turner,1972:13.

¹⁴ Bernardi, 1974:63.

¹⁵ Calhoun, 1980:109.

comunidade é preciso ter em conta não apenas a existência de vários elementos que a compõem (parentesco, solidariedade, estrutura social ou cultura e outros) e dos próprios contextos sociais que são variáveis, mas também que este é uma invenção teórica.

Neste trabalho a comunidade só existe quando num determinado espaço decorrem relações sociais que implicam solidariedade¹⁷ entre os indivíduos no decorrer das suas actividades económicas, nos rituais no seio da família, nas relações de vizinhança e entre outras- O espaço geográfico é importante porque é lá onde decorrem as relações sociais entre os indivíduos, mas não constitui uma condição suficiente para definir a comunidade, pois depende da natureza dessas relações sociais. Portanto, esta definição tem como objectivo precisar as relações comunitárias que por sua vez determinam a participação dos indivíduos na comunidade.

1.3. Pobreza Extrema¹⁸

A pobreza pode ser definida como relativa ou extrema. Para Girod (1984), os pobres formam o subconjunto das categorias desfavorecidas¹⁹. Os pobres são aqueles que possuem um rendimento baixo e a privação de bens acentuada até a miséria ou pobreza extrema²⁰. A falta de um conjunto de recursos por parte das famílias ou categorias abrangidas, remete-os para a exclusão social resultante do rendimento baixo²¹. A privação de bens por parte da comunidade e grupos de famílias, como afirma Townsend (1993), resulta do meio ambiente físico, social e político. A privação pode ser material quando relacionada com a alimentação, vestuário, habitação e outros, ou então pode ser social quando associadas a recreação e a educação familiar²².

¹⁶ A comunidade imaginada tem sido usada para definir a nação como um conceito abstracto, dado ao facto de, no interior dela existirem outras nações, ou então, pelo facto do território referido ser tão amplo e os seus membros não se conhecerem (Anderson, 1992:6-7).

¹⁷ Solidariedade é entendida como uma acção voluntária e recíproca entre os indivíduos diferentemente condicionados e em qualquer situação. A reciprocidade entendida como o carácter voluntário aparentemente livre e gratuito das acções e ao mesmo tempo uma obrigação porque os outros esperam" (Mauss, 1988:53).

¹⁸ A opção pelo termo pobreza extrema e não absoluta reside no facto deste fenómeno não ser um dado mensurável.

¹⁹ Girod, 1984:89.

²⁰ Ibidem.op.cit.

²¹ A exclusão social pode ser definida como a impossibilidade de os indivíduos participarem nas organizações e instituições da sociedade, isto é, desde o acesso ao emprego, profissão, rendimento, política (direito ao voto, elegibilidade), educação, vida familiar e outras (Fernandes, 1991).

²² Townsend (1993:79).



Na explicação das causas da pobreza, Chambers (1993) rompe com cientistas sociais e naturais, pelo facto de ignorarem certos factores como a guerra e conhecimentos locais²³. A pobreza é um fenómeno multidimensional e a interpretação do valor dos conhecimentos locais dos pobres (natureza obscura da pobreza rural) constitui uma tarefa nova para os cientistas sociais²⁴.

O conceito local de pobreza, isto é, a pobreza definida pelos próprios pobres na perspectiva de Adam (1996a), está associado a vulnerabilidade dos indivíduos, são conceitos polémicos, extremamente complexos e muito próximo do real do que os conceitos usados por vários cientistas sociais²⁵. Em Moçambique as percepções locais e rurais de pobreza referem-se aos valores culturais prevaletentes, manifestadas em várias dimensões culturais e caracterizadas pela capacidade que o indivíduo tem de participar pleno como um membro na vida quotidiana da sua comunidade²⁶.

Numa outra perspectiva diferente Girod, Bhalla e Lapeyre (1999) realçam que a pobreza não pode ser definida em termos de exclusão social. As pessoas podem ser pobres e não serem excluídas de certas necessidades básicas, pelo contrário, podem ter acesso ao mercado de trabalho, algumas fontes de rendimento, direitos políticos, e obrigações²⁷.

Contudo, as diferentes perspectivas dos autores, inseridas em contextos particulares de estudo apontam para um aspecto comum - a pobreza está directamente ligada a privação de bens (materiais e sociais) que permitem a satisfação de necessidades por parte de determinadas pessoas ou grupo de famílias, e que essa privação pode ser relativa ou extrema. As divergências entre os autores radicam no peso que cada autor atribui as causas dessa privação.

A pobreza é assim, um fenómeno multidimensional, deve ser analisado a partir de diferentes vertentes: económico, social, político, ecológico. A pobreza extrema ou miséria, o nosso objecto é concebida a nível micro-económico (local), porque os grupo

²³ Os cientistas sociais explicam a pobreza em termos sociais, económicos e políticos, como um conjunto de relações sociais, direitos de propriedade e poder enquanto os cientistas naturais em termos fisiológicos e ecológicos como distribuição de alimentação, falhas na produção alimentar, degradação do meio ambiente provocado pela explosão demográfica (Chambers, 1993:36).

²⁴ Chambers, 1993:03.

²⁵ Alguns cientistas sociais que muitas vezes centram as suas análises na abordagem unidimensional centrada no rendimento (Adam, 1996a:02).

²⁶ Adam, 1996a:02.

domésticos²⁸ encontram-se numa posição incapaz de satisfazer as suas necessidades básicas ou se satisfazem é de uma maneira inadequada²⁹. Os conhecimentos locais ignorados por 'outsiders', indivíduos que não são pobres nem rurais, serão tomados em consideração³⁰.

1.4. Desenvolvimento

A existência de várias abordagens sobre o que é desenvolvimento tende para complexizar o conceito a medida que as Ciências Sociais, organismos governamentais e sociedade civil problematizam os seus componentes.

Já os economistas fisiocratas (Quesnay-1758 e Smith-1777) viam na agricultura o sector produtivo responsável pela riqueza nacional³¹. No século XIX a revolução industrial transferiu para as fábricas e para o capitalismo a chave do crescimento e em meados do século XX acrescentou o socialismo como um processo de desenvolvimento económico.

A partir da segunda Guerra Mundial verifica-se uma explosão de teorias que procuram explicar porque é que as estruturas dos países subdesenvolvidos provocam processos de reprodução e bloqueio³². Deste modo até aos anos 50, o desenvolvimento é definido como sinónimo de crescimento económico, resultante do aumento de produção dos bens materiais e o PNB como indicador para medir a evolução das sociedades³³. Ainda hoje o desenvolvimento sob diversos paradigmas é definido como crescimento. Trata-se de uma abordagem determinista em que o económico é desligado de todo o resto.

²⁷ Bhalla e Lapeyre, 1999:14.

²⁸ No que se refere a questão da organização doméstica a distinção entre o que é família e o que é o grupo doméstico é importante do ponto de vista metodológico, porque em África estes dois conceitos coincide numa única realidade. No conceito de família está subjacente a ideia de reprodução enquanto que no conceito de grupo doméstico a ideia de produção e de indivíduos activos: o grupo doméstico diferentemente da família, está sujeito a vários impactos que se manifestam em três fases: expansão - nascimento dos filhos, dispersão- saída dos filhos para o casamento e substituição com a morte dos progenitores substituem os filhos (Fortes, 1971:02).

²⁹ Schubert, 1994:12.

³⁰ Chambers, 1993:03.

³¹ Hugon, 1988:91.

³² Boudon e Bourricaud, 1993:134.

³³ Andrade, 1997:178-183.

A Antropologia moderna pelo contrário tem vindo a demonstrar desde há duas décadas que o extra- económico e as dinâmicas internas de uma sociedade subdesenvolvida são campos de estudo sem os quais os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento não podem ser plenamente compreendidos³⁴. Para Casal (1996) o desenvolvimento não é mais do que um processo que permite as sociedades construírem a sua história de mudanças sem bloqueio, invocação e perda da diferença³⁵. A compreensão do económico nas sociedades africanas passa pela interpretação das relações de parentesco, práticas simbólicas e sociais³⁶. Pois, estas sociedades apresentam características próprias resultantes do processo histórico e social concreto, existem forças dinâmicas que operam no interior delas³⁷.

O desenvolvimento mais do que um modelo como defendiam os economistas clássicos, é um processo real que hoje revela-se como um complexo de interação social pelo qual as sociedades são submetidas para a melhoria das condições materiais e sociais de vida³⁸. É complexo porque envolve uma gama de actores sociais com representações, lógicas, estratégias e dinâmicas específicas. Pelo facto de ser um fenómeno real e social pode ser analisado a nível macro- social (das relações de produção, mercado mundial, políticas nacionais) e micro- social (grupos de famílias)³⁹. Este trabalho enquadra-se na dimensão micro- social onde o desenvolvimento não é mais do que garantir as condições básicas para população- saúde, educação, alimentação e outros.

1.5. Participação versus Participação Comunitária

Na perspectiva antropológica e sociológica, a participação significa integração ou envolvimento do indivíduo ao grupo. Durkheim (1893) desenvolve o conceito de integração social e coesão social⁴⁰. Nas sociedades “primitivas ou segmentadas” a consciência colectiva é forte e leva a integração e coesão dos indivíduos⁴¹. Nesta linha de pensamento, Bruhl (1910) define a participação como uma particularidade do

³⁴ Casal, 1996:12.

³⁵ Ibidem.op.cit.,44.

³⁶ Ibidem.op.cit.

³⁷ Balandier, 1971:125/6.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.op.cit.,190.

⁴⁰ Durkheim, 1977:204/4.

⁴¹ Ibidem.

pensamento lógico dos “primitivos” e dos seus hábitos mentais⁴². Assim, considera que nas “comunidades primitivas” o indivíduo não adere ao grupo por uma simples escolha, prolonga a sua individualidade na comunidade, vive existencialmente na família, linhagem, tribo.

Na década de 30, este conceito ganha uma conotação política nos EUA, quando foi identificado como um dos pilares do “cooperative Extension Service” e “New Deal”, nos anos 40 e 50 é usado em programas de reabilitação rural orientados por sociólogos e antropólogos rurais, e na França com o movimento francês “animation rurale” dos anos 50 e 60⁴³. A partir desse marco, vários investigadores e activistas sociais definiram a participação como o conteúdo básico de desenvolvimento rural ou comunitário e na implementação de programas de política social. No entanto, Souza (1987) realça que participar é o mesmo que estimular-se para assumir um conjunto de valores de modernidade, incorporando o quotidiano das acções colectivas⁴⁴. Para esta autora a participação não é mais do que o exercício colectivo na tomada de decisões e gestão de acções definidas e implementadas pela população e de articulação de forças sociais comuns dentro e fora da comunidade. Na mesma linha de pensamento, Mammo (1999) define a participação como a criação de oportunidades pela qual os membros de uma comunidade ou sociedade contribuem e influenciam o seu processo de desenvolvimento⁴⁵. A participação como estratégia de desenvolvimento, ainda segundo este autor, significa incorporação e uso de conhecimentos locais prevaletentes num país, para transformar a população local de passivos recipientes para produtores activos⁴⁶.

O ponto comum nessas abordagens diferentes é que a participação refere-se ao envolvimento do indivíduo ou grupo de indivíduos nas diversas actividades quotidianas. A diferença reside no facto de, na Antropologia e Sociologia os valores culturais ou normas sociais estarem na base do envolvimento dos indivíduos em determinadas actividades e na abordagem política o grau de contribuição dos mesmos no processo do seu desenvolvimento.

⁴² Brhul, 1949:20.

⁴³ Basiliat et al, 1997:72.

⁴⁴ Souza, 1987:16.

⁴⁵ Mammo, 1999:216.

⁴⁶ Ibidem.op.cit., 229.

Na verdade, a participação refere-se ao envolvimento dos indivíduos nas actividades económicas e sociais, a forma como as pessoas são envolvidas ou se envolvem, varia de acordo com a natureza das actividades e relações sociais entre os indivíduos. A maneira como este envolvimento se dá é que nos remete para os diferentes tipos de participação, incluindo a participação comunitária. A participação da população pode ser formal, isto é, vista a nível de quem organiza por exemplo quando é organizada pelo Estado, normalmente ocorre nos deveres gerais de cidadania tais como, voto, serviço militar, imposto e outros, e essa participação formal pode ser passiva (top-down) ou activa (bottom-up)⁴⁷. A participação também pode ser informal, ou seja, quando é espontânea ou voluntária, organizadas pela própria população nas decisões do seu interesse⁴⁸. A participação é passiva quando as pessoas são socializadas para exercerem actividades e não são consultadas, enquanto que na participação activa existe um entendimento ou compromisso directo dos grupos e camadas populares na gerência e tomada de decisão nos assuntos do seu interesse⁴⁹. Se esta última tem sido apontada como participação comunitária, então há uma confusão de conceitos na abordagem política.

As terminologias participação, participação activa, participação comunitária, e desenvolvimento comunitário tem sido usadas para designar a mesma realidade- envolvimento organizado e voluntário da população na tomada de decisões, interpretação dos seus problemas, na busca de soluções para seus problemas resultante de um processo educativo, auto centrado e de descentralização de cima para baixo⁵⁰. A falta de precisão na definição do conceito de comunidade por parte dessas instituições, alguns cientistas e investigadores sociais é responsável por esta confusão de significados. A participação comunitária mais do que participação activa, é resultado de relações sociais que envolvem a espontaneidade nas acções como também a solidariedade e cooperação entre os indivíduos. Pode ser o resultado de um processo de mobilização, conscientização, educação por indivíduos internos a comunidade, ou então uma ocasião em que todos ou a

⁴⁷ Ibidem.op.cit., 220.

⁴⁸ Ibidem.op.cit.

⁴⁹ Ibidem.op.cit.

⁵⁰ Estas terminologias que remetem para significado único encontram-se nas seguintes obras: Sousa, 1963:553; Souza:1987; Arusha, 1990:19; Banco Mundial:1990; Ferrinho,:1993; Valá,: 998; Chichava:1999; Mammao:1999 e outras.

maior parte das pessoas num determinado lugar se juntam num espírito cooperativo e colaboram voluntariamente para construir ou criar alguma coisa⁵¹.

No processo de desenvolvimento rural, a participação é activa, uma técnica de envolvimento da população (comunitária ou não) que passa necessariamente por um processo de mobilização, sensibilização e comunicação educativa. A comunicação educativa entendida como o processo pelo qual as pessoas são treinadas a processar uma informação de forma criativa, para o exercício do melhor e maior controlo de suas vidas⁵².

⁵¹ Manor, 1998:128.

⁵² Ferrinho, 1993:12.

2.Revisão Bibliográfica

2.1.Participação Comunitária e Pobreza: Uma Relação Instrumental

A aplicação de medidas macro-económicas centradas na transferência de tecnologias do Ocidente para os países subdesenvolvidos, não aliviou a pobreza das populações apenas sufocou os conhecimentos e práticas locais⁵³. O campesinato africano sujeito a tensão existente entre a tradição e modernidade, ao invés de beneficiar dos projectos de desenvolvimento, foi sacrificado com as exigências da industrialização e com os interesses das novas classes gestoras⁵⁴. Por essa razão, na década de 50, assiste-se a uma renovação dos instrumentos de análise e os valores culturais passaram a desempenhar um papel fundamental no crescimento económico, como um meio na base das motivações que travam ou aceleram o crescimento e de legitimação dos objectivos do crescimento⁵⁵. Essa renovação teórica representa uma tentativa de resposta aos factores responsáveis pelo processo de bloqueio nessas sociedades⁵⁶. A lógica determinista que caracterizam as medidas macro económicas não permitiu identificar o económico como um facto social total⁵⁷.

Dentro deste contexto, Bairoch (1986) realça que o problema dos fracassos dos projectos reside na conciliação entre a difusão de tecnologias e o grau de analfabetismo elevado nessas regiões⁵⁸. Nesta visão, o grau de analfabetismo é um dos obstáculos para o êxito desses projectos, mas também as técnicas aplicadas não são as mais adequadas. Como Verhelst (1987) realça, o problema reside na imposição de modelos ocidentais baseados em experiências particulares⁵⁹.

Em África, apesar da tentativa de destruição das culturas indígenas pelos colonialistas e posteriormente pelas elites dirigentes algumas tradições foram mantidas. As culturas indígenas constituíram não apenas fontes de desculturação mas também um

⁵³ Mammo, 1999:215.

⁵⁴ Balandier, 1971:126.

⁵⁵ Perroux, 1981:61.

⁵⁶ Boudon e Bourricaud, 1993:134.

⁵⁷ Estudar os fenómenos sociais como factos sociais totais significa apreendê-lo totalmente de fora como uma coisa mas como parte integrante do subjectivo- consciente e inconsciente (Mauss,1950:25).

⁵⁸ Bairoch, 1986:23.

⁵⁹ Verhelst, 1987:157.

conjunto de formas alternativas geradoras de formas originais de luta social⁶⁰. Se neste ponto de vista Verhelst enfatiza os factores externos, há factores internos a ter em conta e ambos são importantes.

Para além da percepção errada da realidade local por parte dos dirigentes nacionais, do Banco Mundial e de agências de desenvolvimento, na Etiópia a burocracia institucional e a corrupção são factores responsáveis por esses fracassos de projectos de desenvolvimento⁶¹. Estes factores internos já não são os mesmos defendidos por Bairoch (grau elevado de analfabetismo) mas sim a burocracia e corrupção nessas sociedades.

No que se refere aos factores externos, Nilson e Abrahamsson (1995) atribuem um peso maior ao tipo de modernização. Partem do princípio que os fracassos das estratégias de desenvolvimento nos países africanos (tanto os que seguiram uma orientação socialista assim como, os que seguiram a orientação capitalista) estão associados a concepção deturpada do que é modernização⁶². A modernização não deve ser confundida com a sua expressão político filosófica relacionada com a construção do Estado-nação. Essa confusão do conceito modernização, segundo estes autores, tem sido responsável pelo fracasso dos mesmos.

Em Moçambique, as estratégias de desenvolvimento seguiram o princípio da tábua rasa, da página em branco, pois não conseguiram levar em conta todas as forças sociais existentes, os seus desejos, necessidades e vontades⁶³. Ao não levar em consideração estas realidades existentes na vida moçambicana- culturais, históricas, políticas e religiosas- a liderança aproveitou-se e a dependência externa para atribuir culpas pelo fracasso⁶⁴. Assim as estratégias não produziram nem igualdade social e nem prosperidade económica porque não eram sustentáveis a nível político, económico, social, ecológico e cultural.

Numa outra vertente, a que nos aparece também importante, alguns autores consideram que a participação como estratégia de desenvolvimento ou de combate a pobreza surge como uma resposta aos fracassos de projectos baseados no modelo topo

⁶⁰ Ibidem.op.cit.

⁶¹ Ferguson,1997:224.

⁶² Nilson e Abrahamsson, 1995:57.

⁶³ Adam, 1996b:90.

⁶⁴ Ibidem.op.cit.

base, mais próximos da visão de Verhelst⁶⁵. Não apenas no seio destes investigadores mas também de activistas sociais, existe a ideia que o fracasso dos projectos de desenvolvimento está associado ao modelo "topo base" em que a população desses países não é convidada na elaboração dos planos do seu desenvolvimento. O facto dos organismos de tutela ou agências de desenvolvimento (internacional, nacional) tomarem a participação da população como resposta e solução face a pobreza em África, remete para ausência de consensos nesse debate. Rahnema e Manor consideram que essa técnica de desenvolvimento é problemática. Apesar de haver vontade de mudança nas condições de vida por parte da população pobre, esta por sua vez sofre uma pressão política e sócio-económica a nível nacional e internacional⁶⁶. A nível nacional as comunidades rurais estão divididas entre os conflitos de interesses, ideias diferentes relacionadas com as suas necessidades básicas e com a própria percepção do que pode satisfazer as suas necessidades. Isto significa que a tensão entre a tradição e modernidade a que a população rural africana está sujeita, continua problemática⁶⁷.

Em Moçambique a participação genuína de comunidade nos programas de desenvolvimento torna-se complicada porque, nas sociedades aldeãs pobres o espírito de comunidade é limitado - os esforços colectivos tendem a ser vistos como mais uma política para explorar os menos favorecidos e as eleições são geralmente vencidas por elites das aldeias que de forma surpreendente não se comportam posteriormente de forma elitista⁶⁸. Contrariando esta visão, Mammo salienta que a participação da população no combate a pobreza, pelo menos na Etiópia tem sido uma ferramenta fundamental e eficaz para equilibrar, facilitar e coordenar esforços exercidos pelos top-down através de projectos "bottom-up" e de um processo educativo baseado em mobilização⁶⁹.

Portanto, a complexidade e multiplicidade de factores que influenciam o sucesso e o fracasso de projectos de alívio a pobreza nos países africanos, permite compreender que, a participação activa da população é uma técnica que emerge do reconhecimento da ineficiência do modelo top-down (participação passiva). Uma resposta e solução para o êxito desses projectos de alívio a pobreza, um instrumento fundamental de intervenção.

⁶⁵ Artur, 1998:03; Rahnema, 1992:117; Mammo, 1999:216.

⁶⁶ Rahnema, 1997:379.

⁶⁷ Balandier, 1971:126.

⁶⁸ Manor, 1998:129.

2.2. Participação Comunitária em Moçambique

‘A semelhança dos outros países africanos, a participação comunitária na vida dos moçambicanos é uma técnica tradicional que remonta os sistemas produtivos dos seus ancestrais, ‘a vida social e económica que depende da família extensa, ou seja, “...quando no início da lavoura e da colheita as pessoas voluntariamente planificam o trabalho conjunto num espírito solidário e cooperativo...⁷⁰.

As actividades desenvolvidas nas zonas libertadas (antes da independência), onde havia diferentes formas de produção colectiva, teve mais a ver com as condições de guerra do que propriamente com a participação comunitária como as análises superficiais apresentam⁷¹. Na verdade, trata-se de uma participação activa e não comunitária. A adesão dos camponeses às acções da Frelimo nessa altura, funda-se na realidade do processo de destruição da ordem colonial que eles vivem quotidianamente e na qual participam activamente⁷². Em 1977 quando o movimento das aldeias comunais foi imposto a nível nacional, a aldeia comunal passou a representar a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo, do mesmo modo que nas zonas libertadas serviu para alimentar a guerra popular até a vitória final contra o colonialismo português⁷³. As aldeias reconhecidas dos primeiros anos da independência resultaram de acções administrativas e de situações de emergências caracterizadas pelo aldeamento forçado e em larga escala originado por cheias⁷⁴.

Este cenário permite concluir que o envolvimento da população nas aldeias comunais depois da independências obedeceu a lógica "top-down" a de um processo passivo onde as pessoas eram obrigadas a mudar de residência para novas aldeias. O discurso oficial defendia um desenvolvimento rural a partir da base, mas a prática revelou o contrário. Entre os vários factores que levaram a inviabilização o projecto das aldeias

⁶⁹ Mammo, 1999:215.

⁷⁰ Muthambe, 1998:01.

⁷¹ Essas análises superficiais encontram-se no artigos de Valá,1998:18. e na obra de Chichava,1999:29. Estes autores defendem a ideia segundo a qual a participação comunitária em Moçambique remonta aos movimentos indígenas organizados no interior do país a pratica de vida e a produção nas zonas libertadas e nas aldeias comunais.

⁷² Brito, 1991:7-8.

⁷³ Frelimo, 1976:81.

⁷⁴ Egero, 1992:94.

comunais, a imposição administrativa e a falta de atenção dos princípios de organização social predominantes provocou reacções comportamentais diferentes, entre as mulheres aldeadas na região Norte e as mulheres aldeadas na região Sul de Moçambique. A luta contra os valores da velha sociedade (a poligamia, o lobolo, os casamentos prematuros, os ritos de iniciação, as práticas obscurantistas e outras), estiveram na base das motivações comportamentais⁷⁵. Na região Sul a resistência às palavras de ordem contra a poligamia e o lobolo, protagonizada, com destaque, pelos homens. No Norte pelo contrário eram as mulheres que recusavam a participar na Organização da Mulher Moçambicana, alegando o combate contra os ritos de iniciação e a proeminência social que gozavam os matriclãs⁷⁶. Nessa base, a mobilização popular dos Grupos Dinamizadores não tem relevância nem representam de forma alguma uma instituição de participação comunitária como salienta Chichava (1999)⁷⁷. Chichava confunde participação activa com participação passiva (uma instituição de participação comunitária que se revela contra os valores primordiais da população). O próprio Chichava afirma que, para além dos indivíduos comprometidos com o poder colonial, os polígamos, religiosos e outros cidadãos de postura moral e duvidosa foram interditos de pertencer as estrutura dos grupos dinamizadores⁷⁸. Nesse critério de selecção está subjacente uma orientação política que ignora os princípios locais de organização e reprodução social da população. A poligamia é uma forma de reprodução social e económica dominante nas zonas rurais de Moçambique. Apesar da tentativa de destruição por parte dos dirigentes da Frelimo logo depois da independência ela continua a ser a forma de casamento dominante.

Contudo, a falta de precisão na definição de participação e comunidade, e a natureza do conceito, um conceito lato e pouco claro como vimos no referencial teórico conceptual, é que levou Chichava a identificar os Grupos Dinamizadores como uma instituição de participação comunitária. Na definição de participação comunitária, Chichava repisa que o valor da contribuição do "grupo social mais remoto" deve ser respeitado pelo Estado e organizações voluntárias, mas foi incapaz de verificar que os

⁷⁵ Casal, 1996:118-119.

⁷⁶ Ibidem.op.cit.

⁷⁷ Chichava, 1999:35.

⁷⁸ Ibidem.op.cit.,32.

Grupos Dinamizadores sob uma orientação política do partido não respeitavam esse valor que passa necessariamente pela especificidade local que também deve ser respeitada⁷⁹. Pois, os Grupos Dinamizadores constituíram uma instituição oficial da Frelimo, que paradoxalmente ignorava os aspectos culturais da população. Pese embora a justificação dada pela Frelimo era a de que captava os aspectos culturais, a explicação do alheamento pelos elementos culturais da população passa pela compreensão do contexto político da época que se distingue do contexto actual em que a participação comunitária aparece com muita força nas políticas do governo.

Apartir de 1992, o acordo geral de paz marca uma viragem social na história de Moçambique, resultado de um processo caracterizado por varias negociações. O fim da guerra civil possibilitou o início de um novo processo de reconstrução e ajuda humanitária, protagonizado pelo Governo, e agências de desenvolvimento, direccionados para as zonas rurais onde o espectro da pobreza marca com incidência o quotidiano da população. A participação “comunitária”, aparece assim, como uma nova estratégia para designar uma realidade antiga que ao longo de duas décadas dificilmente encontrou espaço para a sua concretização.

Em 1995 o Programa Quinquenal do Governo sublinha a priorização da satisfação das necessidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade que se encontram nas zonas rurais⁸⁰. Ainda no documento sobre estratégia de redução a pobreza, a participação dos pobres é considerada uma prioridade⁸¹.

Apenas em 1998, no âmbito da política estratégica de desenvolvimento rural a participação “comunitária” foi definida oficialmente como a promoção de acções orientadas na entrega às comunidades rurais dos instrumentos que fortaleçam a sua capacidade de resolução dos seus problemas⁸². Uma participação que deve ser entendida acima de tudo como uma contribuição da comunidade para a satisfação de suas necessidades e fortalecimento da capacidade de negociação e gestão das comunidades na defesa dos seus próprios interesses.

⁷⁹ Ibidem.op.cit.

⁸⁰ Governo de Moçambique:1995a.

⁸¹ Governo de Moçambique:1995.

⁸² Boletim da República:1998.

A partir desta definição vários documentos passaram a incluir a participação “comunitária” como um requisito básico de sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento rural⁸³.

Portanto a participação “comunitária” é adoptada como uma técnica de alívio a pobreza não apenas pelo governo mas também por várias organizações e agências de desenvolvimento. A participação “comunitária” é algo que é moda há muitas décadas. A sua particularidade em Moçambique reside no facto de os valores culturais antes ignorados pela Frelimo serem respeitados e tomados como ponto de partida para o êxito dos projectos.

3. Formulação do Problema

Se o conceito de pobreza extrema remete as pessoas para uma posição incapaz de resolver por si os seus problemas, *em que medida os indivíduos tornam-se actores plenos de um programa baseado em participação comunitária* ? Parte-se do pressuposto que; no contexto de pobreza extrema a população, carece de meios para a satisfação das necessidades básicas e é obrigada a participar num programa de desenvolvimento para resolver os problemas que a afectam. Essa participação não é voluntária como alguns autores, como Manor (1998), em Moçambique apresentam quando definem o conceito de participação comunitária. A solidariedade entre os indivíduos também não se verifica, ou seja, quanto maior for a pobreza dos indivíduos menor será a possibilidade de participação comunitária dos indivíduos no projecto de desenvolvimento rural.

⁸³ referimo-nos aos seguintes documentos: Política de Acção Social:1998; Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta, 1999; Plano de Acção e redução a Pobreza absoluta, 2000-2004:31.

4. Metodologia

22-25

4.1. Recolha de Informação

A pesquisa abarca o período que vai de 1994 a 1999. Este período é considerado como um marco importante porque, em 1994 realizaram-se as primeiras eleições Multipartidárias, foi elaborado o primeiro Programa Quinquenal do Governo depois da guerra civil, que traça as linhas estratégicas de combate a pobreza extrema nas zonas rurais de Moçambique e em 1999 a estabilidade política e económica.

A recolha de informação utilizada foi feita através de fontes escritas e orais. As fontes escritas consultadas foram: estatísticas demográficas, documentos publicados e não publicados, obras e artigos relacionados com o objecto de estudo e local de pesquisa. As obras produzidas nas Ciências Sociais particularmente Antropologia e Sociologia, orientaram a construção do quadro teórico e a revisão da bibliografia. Os temas em análise – comunidade, participação, desenvolvimento, solidariedade – são muito complexos e tratados em todas as disciplinas e com múltiplas abordagens. Acabaram por transformar-se em campos de estudos transdisciplinares ou multi- disciplinares. Não há uma panaceia científica para compreender e analisar a situação.

As estatísticas demográficas permitiram-nos o levantamento da população e das infra- estruturas depois da guerra e a avaliação das mudanças verificadas com as acções da UNOPS/PDHL e outras ONG's no distrito⁸⁴, através de relatórios, documentos e perfis de desenvolvimento.

Nas fontes orais recorreremos `a entrevistas semi- directiva⁸⁵ e a utilização da técnica de história de vida junto do régulo e do presidente da associação 25 de Setembro (o homem mais velho dos membros associados)⁸⁶. As perguntas comuns estavam

⁸⁴ Na Antropologia os dados quantitativos podem ser usados para indicar características gerais de uma comunidade como suplemento das suas descrições verbais, do mesmo modo que pode ser usado para expressar as relações subjacentes entre fenómenos(Mitchel,1967:114). Nesta base a conciliação entre alguns dados quantitativos recolhidos e algumas variáveis conceituais permitiram analisar o material recolhido.

⁸⁵ A entrevista semi-directiva é também denominada clínica ou estruturada, o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais procura obter informação por parte do inquirido, a ordem e a forma como introduz as questões são deixadas ao seu critério sendo apenas fixada a orientação para o início da entrevista (Matalon, 1993:70).

⁸⁶ História de vida é uma técnica que se baseia numa narração particular do indivíduo que permite construir os acontecimentos vivenciados e transmitir a experiência adquirida (Queiroz, I. Pereira de:1988:20).

relacionados com a participação da população no projecto e as percepções locais de pobreza.

Foi organizado um guião inicial de entrevistas que depois foi modificado. Durante a pesquisa houve necessidade de acrescentar outras perguntas relacionadas com a origem e composição da associação e do principal motivo que os levou a essa forma de organização, quando se constatou que as pessoas participavam no programa organizados em associação.

A história de vida permitiu recolher dados sobre a forma de organização social, as causas da pobreza no distrito, o principal motivo que leva as pessoas a participarem nos projectos de desenvolvimento implementados pela UNOPS/PDHL junto do régulo Mulima e do presidente da Associação de Camponeses 25 de Setembro⁸⁷. Por último a observação directa permitiu-nos descrever o local de pesquisa desde a disposição das casas, o tipo de habitação, produção, infra-estruturas e outras., como também observar o comportamento das pessoas durante as entrevistas.

4.2. Universo de Estudo

O critério de selecção dos entrevistados esteve direccionado à indivíduos que recebem apoio financeiro da UNOPS/PDHL e aos homens de poder (líderes ou chefes tradicionais) no seio da população.

O trabalho de campo foi realizado com maior incidência na povoação Thentha situada no regulado Mulima- posto administrativo de Mulima. Thentha foi escolhido como local de estudo pelas seguintes razões: Exemplo bem sucedido. O projecto de gestão comunitária da moageira da Associação de Camponeses 25 de Setembro de Mulima, em relação `a outras associações do distrito, foi apontado pelos técnicos da UNOPS/PDHL como bem sucedido. Localização do projecto: o projecto estava localizado no interior do distrito onde a pobreza é mais acentuada.

No posto administrativo de Mulima Foram entrevistadas 18 pessoas, 1 Régulo, 16 membros da Associação 25 de Setembro residentes na Povoação Thentha, e 1 Fumo da aldeia Nhacagulane que é representante da direcção distrital da agricultura. Na vila sede 1

⁸⁷ Na hierarquia do poder tradicional dos regulados neste distrito região Fumo é um termo local usado para designar chefe da aldeia.

Presidente da União distrital da Associação de Camponeses, 1 técnico da UNOPS/PDHL responsável pela implementação dos projectos relacionados com a componente desenvolvimento económico local.

4.3. Tratamento dos Dados

A luz do enquadramento teórico, as perguntas levantadas durante a pesquisa (anexo nº13), traduzidas em variáveis, confrontação de dados recolhidos (quantitativos e qualitativos), e seguindo os objectivos do trabalho, permitiram apresentar a análise do material de campo da seguinte maneira: Na primeira fase da apresentação dos dados empíricos, procuramos analisar a origem do grupo étnico, descrever e analisar o contexto de pobreza no distrito para compreender a pobreza local, descrever e analisar a forma de organização económica e social da povoação Thentha e as suas percepções de pobreza. Na segunda fase procuramos descrever e analisar o funcionamento do Programa de Desenvolvimento Humano a nível Local e as principais motivações que estão por detrás da participação dessa mesma população. Nestas duas fases que procuramos apresentar os resultados da pesquisa, o método de análise situacional ajudou na interpretação de dados qualitativos⁸⁸, na medida em que permitiu confrontar os relatos ou depoimentos dos entrevistados com as teorias e hipóteses levantadas durante a pesquisa

⁸⁸ O método de análise situacional é um método que consiste em apresentar ao leitor as abstrações e conclusões do seu material de campo que passa necessariamente pelo registo de situações reais e de comportamentos específicos. Com este método as acções dos indivíduos ficam submersas nos princípios

4.4. Localização Geográfica

A Província de Sofala localiza-se no centro de Moçambique, numa área de 68018 km² com uma população de 1524451 habitantes dos quais 49,02% são homens e 50,98% são mulheres⁸⁹. A norte, é limitada pelas províncias da Zambézia e Tete, a sul pela província de Inhambane, a este pelo canal de Moçambique a 12 milhas marítimas, e a oeste, pela província de Manica. A densidade populacional é de 22,4 Km².

A linha costeira e a zona sul da província são planas, na parte interior encontramos formações montanhosas dentre as quais se destaca a serra de Gorongosa e na parte norte ao longo do rio Zambeze encontramos planícies.

O clima predominante é tropical húmido, com pequenas diferenças devidas ao relevo e ao efeito da corrente quente do canal de Moçambique. Durante o ano verificam-se duas estações: chuvosa nos meses de Novembro até Abril e seca nos meses de Maio até Outubro.

A província é composta por 13 distritos, Beira, Buzi, Caia, Chemba, Cheringoma, Chibabava, Dondo, Gorongosa, Machanga, Maríngué, Marromeu, Muanza e Nhamatanda e 30 postos administrativos. As línguas utilizadas pela população são: cisena 6,9%, cindau 33,5% e portuguesa 9,7%⁹⁰.

O distrito de Chemba situa-se no vale do rio Zambeze a norte da província de Sofala. A norte é limitado pelo distrito de Mutarara (província de Tete), a sul pelo distrito de Maríngué, a oeste pelo distrito de Tambara (Província de Manica) e a leste com o distrito de Caia.

A divisão político administrativa é composta por 3 postos administrativos (Chemba - sede, Mulima e Chiramba), 5 localidades (Goé, 3 de Fevereiro, Mulima, Chiramba e Cado) e 11 regulados (Cado, Catulene, Chaves, Chimbwe, Melo, Mulima, Nharúgue, N'susso, Sanhabuzi e Sossoto) para 49.634 habitantes dos quais 45,93% são homens e 54,07% são mulheres, a densidade populacional é de 11 habitantes por Km²⁹¹.

gerais que podem ser abstrações do antropólogo quanto as afirmações dos informantes que podem também constituir abstrações (Velsen, 1967:348).

⁸⁹ INE, 1996:07.

⁹⁰ INE:1997.

⁹¹ Ibidem.op.cit.

A língua local utilizada é Ci-sena e a população está subdividido em três grupos: os sena chueza os que se situam “ de onde vem as águas do rio Zambéze”⁹². Os sena próprio são aqueles que a si próprio se designam os residentes junto Mualo ua Sena e os sena pódzo os que se situam para onde corre as águas⁹³. O sena próprio domina quase toda a região do distrito com excepção do posto administrativo de Chiramba que são os senas chuezas⁹⁴.

O posto administrativo de Mulima está situado a Sul do distrito de Chemba, é composta por 2 localidade (Mulima e Goe) e 4 regulados, Cado, Mulima, Nharúgue e Sussuto. A população é composta por 21.325 habitantes, dos quais 9.652 são homens e 11.673 são mulheres⁹⁵. Este posto é o mais populoso, seguindo o posto de Chemba com 15.118 e Chiramba com 13.191 habitantes⁹⁶.

⁹² Freitas, 1971:03, Rita -Ferreira, 1975:45.

⁹³ Ibidem.op.cit.

⁹⁴ Ibidem.op.cit

⁹⁵ INE:1997.

⁹⁶ Ibidem.op.cit.

Capítulo III

Resultados de Pesquisa

1. Pobreza Extrema no Distrito de Chemba

A pobreza extrema entendida como a privação acentuada de bens materiais entre os indivíduos, marca o quotidiano de 90% da população de Chemba e pode ser caracterizado a partir de indicadores económicos e sociais⁹⁷. O rendimento baixo auferido pelas famílias reflecte-se nos diferentes sectores económicos e sociais que preconizam as condições precárias de vida da população- desde habitação precária- desde casas com duração de seis meses a 1 ano (feito de palha, caniço e barro); alimentação deficiente causada pela insuficiência de produtos de primeira necessidade (óleo, sabão, sal, açúcar, e outros) e fraca produção agrícola caracterizada pelo uso de instrumentos artesanais (catanas, enxadas, ancinhos e outros); e pela falta de água potável, aterros sanitários, latrinas que caracterizam as necessidades básicas da população⁹⁸.

Os documentos oficiais mostram que a insuficiência e deficiência de infra-estruturas básicas contribuem para o fraco rendimento económico e pobreza, ao mesmo tempo que representa os principais obstáculos para a melhoria das condições de vida das famílias⁹⁹.

Na agricultura e pesca, as principais fontes de rendimento da população, são praticadas em condições precárias, ou então como se refere o Presidente da União Distrital da Associação de Camponeses de Chemba (UDAC)¹⁰⁰ "... em todo o distrito não existe sequer 1 tractor para a lavoura, mesmo que o camponês tenha dinheiro para trabalhar 2 hectares não é possível..."¹⁰¹. O aumento da produção depende da extensão de terra e de muita mão de obra. As pessoas estão preocupadas com as machambas, as únicas fontes de sobrevivência, e trabalham de forma individual ou em grupos regidos pelas relações de parentesco. As organizações comunitárias (Nomi ou Gumira) são

⁹⁷ MISAU et al, 1997:04.

⁹⁸ ACNUR, 1997;UNOPS:2000a.

⁹⁹ ACNUR:1996; MISAU et al,1997:04; UNOPS:2000a.

¹⁰⁰ A União distrital da Associação de Camponeses de Chemba, foi criada em 1998 com apoio da PIRAC, tem como objectivo principal criar mão de obra e incentivar os camponeses.

¹⁰¹ Entrevista nº4.30/01/01.Chemba

importantes para salvar culturas em casos de cheias ou inundações¹⁰². Apesar da falta de instrumentos de produção, há campanhas agrícolas em que a produção aumenta, só que as pessoas não conseguem vender os produtos porque "...apesar dos preços serem baixos, não há compradores e as pessoas não tem dinheiro..."¹⁰³.

Em Mulima, como afirma um dos membros da Associação de Camponeses 25 de Setembro, "... quando não há cheias ou secas há muita produção que pode levar a melhoria das condições de vida, mas porque há falta de comercialização não se consegue ganhar dinheiro (...) além da falta de compradores há falta de meios de transporte (camiões) que nos permitem deslocar para outras localidades, e vender os nossos produtos agrícolas¹⁰⁴. Neste rol de argumentos pode-se dizer que as cheias e as secas são também factores que determinam o aumento ou diminuição da produção. Os camponeses tem estado a envidar grandes esforços no sentido de melhorar o seu nível de vida, mas as condições de produção e a deficiente comercialização agrícola não favorecem o aumento do rendimento. A larga maioria das pessoas de Chemba estão inseridas num ciclo vicioso de pobreza extrema e os seus destinos sujeitos a sorte. Para que haja comercialização agrícola, as pessoas são obrigadas a percorrer, com a mercadoria, cerca de 50 a 70 km a pé ou de bicicleta durante 1 ou 2 dias. Os lucros são baixíssimos, o dinheiro ganho não compensa o tempo e esforço dispendidos na viagem. O sector de transporte oficial e/ou privado não existe. As pessoas deslocam-se para outras localidades ou distritos através de bicicletas, viaturas de ONG's (boleias) ou então a pé. Apesar dessa situação, os camponeses podem ser vistos, aparentemente, como cultivadores de subsistência "...os que produzem apenas o suficiente para a sua alimentação..."¹⁰⁵. Por um lado apresentam-se como pobres, em termos de necessidade básicas quando afirmam que os ricos não existem e por outro lado quando apontam para existência de muita produção em determinadas épocas. Durante o trabalho de campo, verificamos que as famílias pobres possuem grandes quantidades de animais (galinhas, porcos e cabritos). Os animais não são para o consumo diário. São reservados para os dias de festas e realização de diversas cerimónias, ou então para a venda e com os lucros `a compra de bicicletas, rádios, e

¹⁰² Ibidem.op.cit.

¹⁰³ Entrevista nº5. 24/01/01.Mulima

¹⁰⁴ Entrevista nº18. 26/01/01.Mulima

¹⁰⁵ Martin, 1980:207.

outros objectos não produzidos por eles e considerados de luxo. No entanto a pobreza persiste.

O sector da agricultura poderá contribuir para a melhoria do nível de vida da população com a recuperação do sector comercial e de transportes, que são profundamente interligados, mas com auxílio do estado no âmbito do programa de reconstrução nacional. Pois, a ausência de instrumentos de produção, unidades comerciais e transportes aliado ao estado de degradação das vias de acesso, constituem os principais obstáculos, apontados pela população para o aumento do rendimento e melhoria das condições de vida das famílias¹⁰⁶. A prioridade seria o fomento na recuperação do funcionamento destes sectores. Não obstante a necessidade de satisfação destas necessidades, a escassez de terra para exploração agrícola tem sido apontado pela população como um dos principais problemas e fonte de conflito. O Régulo Mulima afirma existirem terras aráveis no posto administrativo que não são exploradas devido a existência excessiva de minas anti- pessoal. Afirmou também que existem conflitos (discussões, lutas) relacionados com o uso da terra entre as pessoas, principalmente entre as pessoas que permaneceram no distrito durante a guerra e as que regressaram depois da guerra. Os que ficaram ocuparam a maior parte das terras e as terras não chegam para todos porque as minas estão espalhadas em algumas zonas produtivas¹⁰⁷.

Na área da saúde constata-se a insuficiência de unidades sanitárias, recursos humanos e materiais (postos de saúde, equipamentos, medicamentos). Apesar de existir uma rede sanitária composta por 1 centro de saúde na vila sede do distrito e 4 postos de saúde nas localidades¹⁰⁸ estão aquém das necessidades. De acordo com o Régulo Mulima a população necessita de mais postos de saúde, sobretudo a maternidade, porque as mulheres grávida, as mais afectadas, percorrem cerca de 25 km a pé para chegarem ao posto mais próximo¹⁰⁹. No que se refere a baixa qualidade dos serviços de saúde, em todo o distrito não existem médicos senão alguns técnicos de medicina e enfermeiros (2

¹⁰⁶ UNOPS:2000a.

¹⁰⁷ Entrevista n°1. 24/01/01.Mulima

¹⁰⁸ ACNUR:1996; MISSAU et al:1997.

¹⁰⁹ entrevista n°1. 24/01/01/Mulima

técnicos de medicina e 3 enfermeiro)¹¹⁰. No posto administrativo de Mulima existe 1 posto de saúde, onde encontramos apenas um enfermeiro para 21.325 habitantes.

A escassez de água potável tem sido, não apenas, o principal factor causador de infecções como também de conflitos. De acordo com o representante da direcção distrital da agricultura, além dos conflitos de terra, a escassez de água é também causa de conflito entre as pessoas residentes junto do poço de água e as que residem noutros locais distantes onde não há água potável¹¹¹. No distrito existe apenas 1 sistema de abastecimento de água, composto por 3 fontanários, 11 bombas e 13 poços em funcionamento¹¹². A maior parte da população não tem acesso à água canalizada. Em Mulima existe apenas 1 poço de água localizado na sede, que foi reabilitado em 1995 no âmbito do Programa Nacional de Água executado pelo ACNUR e GTZ. A maior parte das pessoas consome água dos charcos que não tem donos¹¹³. A prevalência de infecções (sarna, diarreias) resulta, assim, das más condições de saneamento do meio ambiente (falta de latrinas e aterros sanitários) e da baixa qualidade dos serviços existentes nos postos de saúde, contribuindo significativamente para a baixa qualidade de vida¹¹⁴.

Contudo, os factores que explicam a pobreza extrema em Mulima prendem-se com a guerra e com os aspectos ecológicos (cheias, inundações e secas). Apesar da degradação natural das infra-estruturas, a guerra é dos factor que mais contribuiu para a pobreza da população, destruiu quase toda infra-estrutura herdada do colonialismo e diminuiu as zonas de cultivo com a propagação de minas antipessoais nos campos de produção. As cheias e secas, são factores importantes que também contribuíram para o aumento pobreza, na medida em que, são responsáveis pela erosão e destruição das culturas. Pois, são fenómenos cíclicos que transformam esta zona numa zona de risco-pela localização geográfica do distrito, isto é no vale do rio Zambeze. Apesar deste inconveniente, as secas e cheias não são fenómenos desconhecidos pela população, como o régulo Mulima afirmou, "... no tempo de seca semeamos bambaira (tubérculos) que não precisam de muita água para o crescimento e quando a nossa reserva alimentar acaba a bambaira é o alimento de sobrevivência (...) outros frutos do mato como o malambi e a

¹¹⁰ UNOPS, 2000a.

¹¹¹ Entrevista n°2. 24/01/01. Mulima

¹¹² Ibidem.op.cit.

¹¹³ Ibidem.op.cit.

maçanica são também utilizados para o consumo (...) no tempo das cheias é diferente, porque não conseguimos prever as chuvas intensas, as pessoas, como acto de prevenção, fazem machambas em zonas altas e baixas quando há cheias perdemos algumas e ficamos com outras, mas quando não há, ficamos com as duas e a produção nesse ano é abundante...”¹¹⁵. Mas, estes meios de prevenção nem sempre são eficazes, dependem da dimensão das cheias e secas¹¹⁶.

Todavia, são vários os factores que impedem a população de satisfazer necessidades básicas, por meios próprios, tornando-os cada vez mais dependentes do apoio externo. Foi assim, que um dos entrevistados reivindicou a necessidade de uma intervenção estatal urgente “... estamos contentes com a moageira da associação 25 de setembro, diminuiu-nos o trabalho, mas a falta de transporte impede-nos de deslocar para outras regiões onde podemos vender os nossos produtos (...) o governo ou ong’s devem fazer qualquer coisa para ajudar-nos a sair da pobreza, senão vamos morrer com fome...”¹¹⁷. A moageira da associação 25 de Setembro, a única que existe em mulima reduziu os problemas não apenas a um pequeno grupo (associação) mas também aos residentes de Thentha e de outras Regiões de Mulima.

O processo de reconstrução económica (programas direccionados às populações pobres), iniciado pelas ONG’s nacionais e internacionais depois da guerra civil, tem sido muito lento. O índice de desenvolvimento do distrito, construído por Adam e Coimbra (1995) é baixo, mostra que em 1995 o índice de apoio externo era 3. Este índice representa o número de ONG’s que operavam no distrito ate a data¹¹⁸. Para este ano, o mesmo índice corresponde a 5 ong’s (AISPO, Hamai Apa Banda, Cruz Vermelha de Moçambique, Kulima e FFPI). O Perfil Distrital de Segurança Alimentar em 1997 descreve a insuficiência de produtos de primeira necessidade (anexo nº4). Os produtos (como roupa, sabão, óleo e gasóleo) eram comercializados a preços muito elevados e em quantidades insuficientes, principalmente, nas localidade¹¹⁹. Os alimentos de base (milho,

¹¹⁴ MISAU et al, 1997:04.

¹¹⁵ Entrevista nº1. 24/01/01. Mulima

¹¹⁶ Ibidem.op.cit.

¹¹⁷ Entrevista nº6.24/01/01. Mulima

¹¹⁸ Adam e Coimbra, 1995:05.

¹¹⁹ Missau et al, 1997:04.

mapira, mexoeira, hortícolas, amendoim, carne de galinha, feijão e peixe) são os que estão disponíveis em grandes quantidades entre os meses de Abril `a Outubro. Passado 4 anos a situação não piorou, nem melhorou significativamente. Apenas, em 1996 com o projecto PIRAC, em 1999 com o PDHL da UNOPS e em 2000 com o programa do FARE foi possível o restabelecimento da rede comercial formal que até 1995 era nula (anexo nº5 e nº6). Em termos de melhoria de condições de vida do distrito, esta mudança não é significativa porque as acções económicas destas ong's tiveram maior incidência na sede do distrito (ou nas sedes dos postos administrativos) do que no interior, limitando-se assim a um grupo muito reduzido de beneficiários.

Em Mulima foi reabilitada 1 loja, a de um privado, e fornecida 1 moageira (através de crédito) `a Associação 25 de Setembro, situada na povoação Thentha. A loja situada na sede do posto administrativo, pertencente ao Sr Carlitos Bengemane foi construída em 1982 e destruída durante a guerra. No entanto, Ambas foram financiadas pela UNOPS/PDHL em 1999.

A concentração de actividades de desenvolvimento na sede do distrito resulta da pobreza acentuada que se verifica no interior das localidades. A pobreza das infra-estruturas básicas que se estende até a ausência de corrente eléctrica contribuem para a não permanência de ONG's nos postos administrativos e para a concentração das mesmas na sede do distrito. Como afirma o técnico do PDHL/UNOPS "...é preciso ter coragem para iniciar actividades económicas em zonas de pobreza extrema (...) não existem infra-estruturas mínimas (...) temos que construir tudo..."¹²⁰.

Portanto, apesar das dimensões- económico, social e ecológico estarem presentes na percepção dos residentes de Thentha, a causa da pobreza, apresenta também uma dimensão cultural pela qual os entrevistados atribuem um peso significativo. A falta de respeito pelos espíritos ancestrais é entendido como factor principal de pobreza extrema. A pobreza é resultado da falta de consideração pelos espíritos ancestrais, ou seja, a falta de respeito por eles é que cria a pobreza.

¹²⁰ Entrevista nº3. 02/02/01. Chemba

1.1. Povoação Thentha

A povoação Thentha situa-se na sede do regulado Mulima- Posto Administrativo de Mulima à 55 Km² da vila sede- Chemba. Neste local vivem cerca de 164 famílias correspondendo a 1205 habitantes e equivalente a 21% da população do regulado. O regulado Mulima é composto por 11 aldeias e 8 povoações, para uma população de 5.711 habitantes, dos quais 45% são homens e 55% são mulheres¹²¹.

Em Thentha as casas estão dispersas e situadas junto das machambas. Os indivíduos agrupam-se em função de parentesco que igualmente os diferencia. O parentesco é aqui entendido como uma relação social que pode resultar da relação biológica (consanguinidade) ou afinidade¹²². Já Evans-Pritchard quando estudava os Nuers no sul do Sudão, encontrou "...comunidades grandes ou pequenas que não se compõe exclusivamente de membros de uma única linhagem..."¹²³. Os membros de uma linhagem nunca vivem conjuntamente na mesma "comunidade" ou aldeia. Na aldeia são todos tratados como parentes por afinidade. A diferença dos Senas com este grupo está na organização patrilinear predominante, onde o parentesco é transmitido pela via agnática¹²⁴. Em Thentha, os filhos (homem, mulher) pertencem à linhagem do pai, respeitam os parentes maternos, mas cumprem obrigações com os seus parentes paternos (avó, pai e tio mais velho)¹²⁵.

O regime de casamento dominante é a poligenia. Nesta forma de casamento várias mulheres estão unidas a um único homem, tendo todas elas o estatuto de esposas legítimas e os seus filhos o de descendentes legítimos do marido¹²⁶. Nesta povoação, apenas os filhos (homens) herdaram o património familiar, a poligamia é resultado da poligenia dominante não apenas nesta povoação mas também em todo o grupo Sena¹²⁷. Em Thentha o número de maridos, designados nos registos do régulo Mulima por chefes de família, é inferior ao número de esposas (anexo nº8), o que indica a existência efectiva da poligamia. Na Associação 25 de Setembro, dos 14 entrevistados cada homem possui

¹²¹ INE:1997.

¹²² Radcliffe-Brown e Forde, 1950:15.

¹²³ Evans-Pritchard 1950:505.

¹²⁴ o termo agnático refere-se a filiação patrilinear onde os filhos fazem parte do grupo de parentesco do pai (Augé, Marc, 1975:15).

¹²⁵ Entrevista nº2. 24/01/01. Mulima

¹²⁶ Augé, 1975:42.

¹²⁷ Freitas, 1971:3-4.

em média 4 mulheres e 15 filhos o que corresponde a 14 famílias poligínicas residentes na povoação.

A povoação compõe-se de vários grupos domésticos, um homem com as suas mulheres e filhos, mais as esposas dos filhos que organizam as actividades domésticas em função do laço que os une, ou seja, várias unidades matricêntricas – cada mãe e os seus filhos ligadas por intermédio do laço conjugal de um mesmo homem, regidas pelo código de direitos e obrigações ancestrais¹²⁸. Portanto as famílias são constituídas por grupos domésticos que organizam as suas actividades económicas em função das relações de parentesco. A disposição das casas também identifica o grupo doméstico. Porque falar de grupo doméstico, nesta povoação, é o mesmo que falar de família extensa que no termo local é designado por Mbumba. A palhota no meio pertence ao chefe de família e as restantes à volta pertencem às esposas e filhos. Os conflitos ou problemas existentes entre os grupos domésticos neste local são resolvidos pelo chefe da família, pelo régulo Mulima ou pelo chefe do posto administrativo. Os principais conflitos estão relacionados com a escassez de terra e de água e os problemas com ausência de infra-estruturas.

1.1.1. Origem dos Senas: Mualo ua Sena!

Mualo ua Sena na língua ci-sena designa uma lápide localizada junto ao Monte Baramuana em Sena - Distrito de Caia na Província de Sofala. A etnia e a língua ci-sena nasceram de um longo e conturbado processo histórico no Baixo-Zambeze, particularmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, relacionado com o comércio a longa distância e o tráfico de escravos¹²⁹.

O uso da língua ci-sena como língua do comércio e de guerra no vale está ligado à origem desse povo. Os Senas são o resultado de uma mestiçagem, da difusão cultural de numerosos povos, isto é, bantu, árabes, indoneses, persas, portugueses¹³⁰. A explicação da contribuição oriental na origem desse grupo é sustentada pela importância que o vale de Zambeze teve na idade do ferro, sobretudo nas trocas comerciais entre o centro de África e a Costa Oriental¹³¹.

¹²⁸ Augé, 1975:50.

¹²⁹ Medeiros, 1997:59.

¹³⁰ Rita-Ferreira, 1975:145.

¹³¹ Ibidem.op.cit.

Mitologicamente, os residentes de Thentha afirmaram que a sua origem provém de Mualo ua Sena. Freitas já havia encontrado esta resposta face a pergunta sobre a origem deste povo, quando percorreria todo o vale do rio Zambéze. Os Senas deslocam-se a Mualo ua Sena, para verem “onde começaram e onde Deus escreveu para erigir as tentações”¹³².

Na viagem de regresso, fizemos questão de visitar Mualo ua Sena que na verdade, não é só uma lápide que tem a forma de um arco, é encimada pelo escudo de Portugal e por baixo, em português quinhentista atesta o ano da sua construção e o nome do governante de então e uma porta ao meio¹³³ e as letras, que segundo os Senas, Deus escreveu: “*No Reinado Del Rei o Carlos I, sendo Governador Geral da Província de Moçambique: João António de Azevedo Coutinho Fragoso de Sequeira e Governador do território de Manica e Sofala: Alberto Celestiano Ferreira Pinto Bastos, Mandou a Companhia de Moçambique reconstruir este padrão, anno de 1906...*” (anexo nº18).

Durante a visita a Mualo ua Sena, os residentes de Sena, disseram-me que, não merecia a pena tirar fotografias, porque os Azimu haviam de apagar o filme e a imagem da pedra não haveria de aparecer. Esta crença revela desconhecimento de quem erigiu Mualo ua Sena. Este local não é utilizado na cerimónia Sembê porque desconhecem o nome do Azimu que fez a pedra¹³⁴.

Assim, Mualo ua Sena tem uma forte significação simbólica para o grupo Sena porque eles acreditam que as Portas de Sena são o local sagrado, local de origem do povo Sena. Quando os jovens atingem a maturidade são levados a Mualo ua Sena para conhecerem o local da sua origem.

1.2. Percepções locais de Pobreza

Os senas distinguem somente a pobreza e a riqueza. Diferenciam o pobre e o rico. Ao contrário do que acontece entre outras populações de Moçambique, não encontramos designação única para médio, nem rico nem pobre. Também não encontramos uma designação Sena para miserável. No entanto hoje em dia em Thentha distingue-se a pobreza da miséria e o pobre do miserável.

¹³² Freitas, 1971:01.

¹³³ Ibidem.op.cit..

¹³⁴ Ibidem.op.cit.,02.

1.2.1 Termos Locais de Pobreza

Pobreza	Kutcherenga, Humbáue
Miséria	Kutcherenga, kussaúca
Pobre	Hule a kutcherenga
Miserável	Hule a kutcherenga
Riqueza	Kufuma
Rico	Hule a kufuma

Fonte: Entrevistas.

As designações Humbáue e Kussaúca são empréstimos do ci-chêwa. O refúgio no Malawi durante a guerra terá originado a adopção destas designações.

1.2.2 . A pobreza: Kutcherenga ou Humbáue?

Em Ci-sena o termo- conceito Pobreza é kutcherenga. Em Thentha constatamos que havia duas palavras usadas para designar a pobreza: kutcherenga e/ou humbáue. No vocabulário dos Senas próprios, dominantes na região de Chemba e falantes de Ci-sena, o termo humbáue é um empréstimo do Ci-Chêwa e foi incorporado no Sena. O único elemento convincente que encontramos para explicar a coexistência destes dois termos foi o movimento migratório originado pela guerra civil, que levou 33% da população a refugiar-se para o Malawi¹³⁵. A língua Ci-chêwa é dominante no país vizinho Malawi e uma parte insignificante da província de Tete. O termo pobreza é designado por humbáue, apesar de existirem palavras comuns e com mesmo significado entre estas duas línguas¹³⁶, durante as entrevistas verificamos uma diversidade de palavras assimiladas provenientes do Ci-chêwa, e também afirmações de novos comportamentos que os próprios residentes de Thentha apontaram como sendo o resultado da sua permanência nos centros de refugiados do Malawi. Os membros da associação 25 de Setembro foram unânimes em afirmar que viveram nesses centros mais de 7 anos. O presidente da União

¹³⁵ ACNUR:1996.

¹³⁶ Prata, 1983:141-2.

Distrital da Associação de Camponeses afirmou que não só em Mulima, mas em Chemba como um todo, para além dos vários termos provenientes da língua Ci-chêwa, a população trouxe novos hábitos¹³⁷. Por exemplo o facto de receber ajuda alimentar durante muito tempo, tornou as pessoas preguiçosas, isto é, elas ficam a espera que o Estado ou ong's resolvam os seus problemas, do mesmo modo como acontecia nos campos de refugiado onde recebiam tudo gratuitamente, restando-lhes apenas a tarefa de procurar lenha para cozinhar os alimentos¹³⁸. O que aponta para as consequências negativas dos programas de emergência (ajuda alimentar) destinados aos carenciados.

Portanto, Humbáue e Kutcherenga são usados para referir a pobreza de uma pessoa. De uma região ou de uma zona geográfica, ao sofrimento, desgraça, miséria e doença mental¹³⁹.

Encontramos também outra palavra emprestada do Ci-chêwa para designar miséria. Em Ci-sena, a miséria é referida por kutcherenga. Os entrevistados designavam a pobreza, umas vezes por kutcherenga e outras, por kussaúca. Kussaúca designava também o sofrimento.

1.2.3. Monogamia como um Sinónimo de Pobreza

Em Thentha a pobreza é definida a partir da maneira como as pessoas vivem. Distinguem-se duas categorias: o pobre e o muito pobre. Os critério de distinção entre pobres e muito pobres incluem rendimentos agrícolas e salários, saúde e força física, dinheiro, capacidade de empregar mão de obra alheia, alimentação e número de mulheres¹⁴⁰.

Os residentes de Thentha são unânimes em afirmar que os pobres são aqueles que “quando não tem dinheiro para pagar a moagem do milho trazem galinhas ou milho”. São também aqueles que “...tem algo para comer mas não tem para vestir...”. E os mais pobres são os que trabalham na machamba dos outros em troca de comida, os que tem menos terra, os que não tem emprego, os que cultivam em pequenas áreas, os que não

¹³⁷ Entrevista nº4. 30/01/01. Chemba

¹³⁸ Ibidem.op.cit.

¹³⁹ Este facto não constitui novidade, em 1996 Yussuf adam já havia encontrado esta situação em algumas regiões da zona norte de Moçambique.

¹⁴⁰ Adam já havia encontrado casos semelhantes em algumas zonas de Moçambique (Adam, 1997:86).

tem nada para comer e nem para vestir, os deficientes físicos e mentais, os idosos desamparados e os que tem apenas uma esposa.

No que se refere aos mais pobres, de acordo com os entrevistados, o homem que possui apenas uma mulher está sujeito ao sofrimento e a pobreza. Em Mulima "...um homem que contrai o matrimónio apenas com uma e única mulher é considerado pobre e está sujeito ao sofrimento (...) quando a esposa adoecer quem é que vai pilar o milho, carretar a água e tomar conta das crianças (...) estas não são tarefas para o homem (...) quando ela morre é ainda pior porque a mulher, normalmente deve-nos dar muitos filhos, quem é que vai tomar conta deles. Quando são duas ou mais esposas é diferente, as outras podem tomar conta (...) quando ela estiver menstruada, ou a espera de bebé, se o homem não tiver outra mulher está sujeito ao sofrimento..."¹⁴¹. Estes dados indicam-nos que a monogamia nesta povoação é entendida como sinónimo ou sinal de pobreza, e também que a divisão sexual do trabalho é socialmente condicionada e factor determinante da poligenia¹⁴². As tarefas dos homens e das mulheres são socialmente distintas, "...dar banho a uma criança, cozinhar e outras..." não podem ser desempenhadas por homens, eles ficam mal vistos pela sociedade¹⁴³, indica também que para os residentes de Thenta a pobreza e o sofrimento são faces da mesma moeda. Esta percepção local remete-nos para a ideia segundo a qual a poligenia pode ser uma alternativa face a pobreza e um dos meios sociais para a evitar. A poligenia constitui a priori uma forma de reprodução social económica. A organização da actividade económica é mediatizada pelas relações de parentesco que também são o resultado desta forma de casamento ou instituição social, na medida em que, os indivíduos adquirem uma posição legítima na sociedade numa situação socialmente determinada pelos pais¹⁴⁴. Em Thentha, para que um homem se case, é necessário que tenha terra suficiente. A terra pode ser herdada dos seus pais ou então atribuída pelo régulo, sobretudo quando as terras não pertencem a ninguém¹⁴⁵. Outro indicador que permite consolidar a poligamia, é o número de machambas que cada membro da associação (homem) possui. Se retirarmos a cada membro uma machamba, as restantes correspondem ao número de esposas que cada um possui, ou seja, cada mulher

¹⁴¹ Entrevista n.º 5/24/01/2001. Mulima

¹⁴² A monogamia é a união de um só homem com uma só mulher e vice versa (Augé, 1975:45).

¹⁴³ Entrevista n.º 4. 30/01/2001. Chemba

¹⁴⁴ Augé, 1975:16.

representa uma machamba (anexo nº9). A lógica de funcionamento das actividades económicas assente na poligenia é que nos permite identificar a poligamia como um recurso ou estratégia social utilizada pelos actores sociais dessa povoação para prevenir a pobreza. Após o casamento, como afirma o presidente da associação, o homem atribui uma machamba a sua esposa, e essa machamba serve para alimentar e vestir os filhos¹⁴⁶. Assim, a mulher, além de trabalhar na sua machamba, deve trabalhar na machamba do marido uma vez por semana. As outras machambas também são do marido. Mas porque as esposas tem o controlo directo sobre a machamba atribuída após o casamento, consideram como se fossem delas, uma vez que só os filhos é que podem herdar quando o marido morre. Se o homem paga o peti (lobolo) para se casar com uma mulher (s), tem apenas a obrigação de uma vez por ano comprar uma capulana para ela (s).. Em troca do peti, elas recebem as machambas e encarregam-se das despesas da casa e dos filhos como uma obrigação moral e cultural.

Por isso, nessa povoação os homens casam-se com várias mulheres em função do objectivo económico, social, e cultural (aumentar o número de machambas e de filhos para a mão de obra) para o trabalho nas mesmas, e para evitarem o sofrimento, miséria e pobreza- Kuctcherenga¹⁴⁷. O estatuto social está ligado ao estatuto económico que possibilita diferentes acessos a instituições sociais e oportunidades económicas¹⁴⁸. Se Adam verificou que, o número de mulheres com que o homem está casado em alguns distritos do norte de Moçambique, define o seu estatuto como rico ou pobre, neste caso define-se o "...pobre do mais pobre..." porque, segundo os habitantes de Thenta os ricos não existem.

Em Thenta não nos foi indicado a existência de pessoas ricas (Kufuma). Na memória dos entrevistados as únicas pessoas que eram ricas na região de Mulima (posto administrativo) era o régulo Mulima (pai do actual régulo Mulima) e o Sr: Jane, um grande comerciante.

O Régulo Mulima comentou a riqueza do pai afirmando que "...antigamente havia pessoas ricas (...) o meu pai que também era régulo tinha uma moageira, dois carros, um

¹⁴⁵ Entrevista nº5.24/01/01. Mulima

¹⁴⁶ Ibidem.op.cit.

¹⁴⁷ A acção social pode ser definida a partir do significado que os próprios actores sociais atribuem (Weber, 1987:09).

tractor e 200.000 cabeças de gado (...) a pobreza não era muito acentuada (...) a guerra destruiu tudo e levou os ricos com ela..."¹⁴⁹. Em relação ao Sr Jane, segundo os membros da associação, este tinha uma moageira, um tractor, uma loja e dois carros. Contituindo assim as figuras que representam os ricos na opinião da população. Estas percepções permitem constatar que, na percepção local os ricos (Kufuma) são os que tem meios de produção modernos; e que os residentes de Thentha apagaram os ricos locais como um exercício condicionado pela ajuda externa. A ajuda cria a água que precisam para navegar e viver, os peixes adaptam-se a água que aparece. Os residentes de Thentha consideram-se todos pobres, porque descobriram ser a forma mais adequada para obter apoio externo das ong's, estado e de qualquer indivíduo ou entidade estranha que aparece a interrogar-lhes sobre as condições em que vivem. Verificando-se assim uma das consequências negativas do processo de ajuda externa. Se olharmos para a história económica da região de Chemba como um todo, como uma reserva de "ouro branco", é inconcebível pensar na existência de apenas duas pessoas ricas em Mulima antes da guerra civil.

Numa outra vertente, voltando ao aspecto da poligenia como alternativa face a pobreza. Constatamos que esta forma de casamento remete para a existência de um agregado familiar ou grupo doméstico numeroso. Enquanto alguns estudos mostram que em algumas zonas da África Subsaariana, os agregados familiares numerosos são os mais pobres¹⁵⁰. A avaliação Nacional sobre a Pobreza e Bem Estar em Moçambique (1996-1997)¹⁵¹, também confirma este dado. Este dado não se enquadra na percepção local Thenta, porque o número de esposas e filhos que um homem possui, não resultam do mero acaso, está associado às normas que regem a organização social e económica. Aqui, encontramos uma diferença analítica entre os técnicos científicos e os locais. Sendo a agricultura uma actividade dominante, o número de mulheres representa o número de machambas e o número de filhos representa a mão de obra ou força produtiva. As normas que regem a divisão sexual de trabalho remetem as mulheres e os seus filhos mais novos e as filhas para o trabalho nas machambas sem remuneração. A divisão social do trabalho segue o modelo patriarcal. O poder é atribuído ao homem a partir do reconhecimento

¹⁴⁸ Adam, 1996:02.

¹⁴⁹ Entrevista nº1. 24/01/2001. Mulima

¹⁵⁰ Lipton e Ravallion:1995.

¹⁵¹ MPF, UEM,IFPRI:1998.

social das funções por ele exercidas¹⁵². Na cultura Sena o indivíduo sente-se directamente responsável perante os espíritos dos seus antepassados, aos representantes destes na terra, aos mais velhos e perante o conjunto familiar¹⁵³. Na solidariedade familiar está alicerçado todo o complexo de segurança espiritual, social e económica do indivíduo, na medida em que deve respeitar e cumprir as obrigações perante as ordens dos mais velhos.

A distância entre a percepção local de pobreza e a percepção de pobreza construída pelos investigadores e activistas sociais, é maior e o que difere na conceptualização, são os valores, as teorias, os dados empíricos, e os objectivos. A monogamia entendida como sinónimo de pobreza enquadra-se num contexto de vantagens oferecidas pela poligamia. Os instrumentos de trabalho porque são artesanais, obrigam a que os factores de produção (terra e mão de obra) aumentem. A produção agrícola fica cada vez mais dependente da extensão da terra e da quantidade de mão de obra.

Portanto pode-se ter mais produção agrícola se tiver mais áreas e mais força de trabalho. O modo de produção reflecte-se na forma de organização social- maior número de mulheres equivalente ao número de machambas ou extensão de terra; e maior número de filhos aumento da mão de obra ou força produtiva.

1.2.4. Falta de Respeito pelos Azimu como Principal causa da Pobreza

Para os residentes de Thentha a explicação sobre a origem da pobreza está ligada não só aos factores económicos, ecológicos e sociais; mas também a factores culturais- a falta de respeito pelos Azimu. Os membros da Associação 25 de Setembro, foram unânimes em afirmar que o termo Azimu é usado para designar os seus defuntos antepassados, os espíritos ancestrais, ou seja, os "donos da terra". A falta de respeito por parte do régulo e de outras pessoas em relação a esses Azimu foi apontado como o principal factor responsável pela existência de pobreza na povoação e no regulado.

Os fenómenos que ocorrem na povoação (como as cheias e secas) e que contribuem para a destruição das suas culturas, casas e outros bens, devem-se aos Azimu zangados. Antigamente as pessoas respeitavam a tradição e acreditavam em tudo que os

¹⁵² Meija, 2000:05.

¹⁵³ Freitas, 1971:39.

mais velhos diziam¹⁵⁴. Nos tempos actuais dificilmente acontece. As igrejas (católicas, protestantes e particularmente a 12 apóstolos) tem contribuído bastante no combate as tradições locais. De acordo com os entrevistados as pessoas deixaram de acreditar nos Azimu – politeísmo – porque passaram a ser monoteístas nas Igrejas. Essas igrejas não reconhecem o culto dos mortos. Os mortos não são Deuses. Como há só um Deus torna-se difícil realizar reuniões para resolver “certos problemas” com o régulo Mulima.

A resolução desses problemas passa, necessariamente, por uma reunião onde toda a população esteja presente e por um ritual denominado Sembê, que pode ser feito em casa (nhumba), no mato (kussanga) ou na povoação e aldeia (mudzi), onde o actual régulo deverá ser destituído pelo filho verdadeiro da linhagem (dzinda) Mulima. O Sembê é um ritual que se realiza para comunicar com os Azimu e tem a função de protecção do indivíduo (saúde, sucesso no trabalho ou matrimónio, produção agrícola e outras) e do lugar onde está inserido (casa, aldeia, povoação). A realização desse ritual nos locais públicos (mudzi) é orientado pelo Régulo enquanto que nos espaços privados (nhumba) é orientado pelo homem mais velho do grupo. Quando há algum evento na povoação, segundo os entrevistados, no início das sementeiras ou colheitas, inauguração de uma loja, construção de uma casa, e outros, chama-se o Nhacuaua (Régulo), compra-se 1 cerveja, 1 coca cola, 2 pacotes de bolacha, cigarros e fósforos. Coloca-se um pires com um bocado de farinha de milho ou de mapira, bolachas e o cigarro aceso próximo de uma árvore no local do evento, ou então dentro de uma pequena palhota e ao lado do pires um copo de água ou de coca – cola. Na fase seguinte o Régulo evoca o nome dos espíritos ancestrais da aldeia, enquanto as pessoas tocam batuques ou tambores especiais (dombo), cantam e batem as palmas. Aqui, nos ingredientes necessários para a realização do Sembê, verificamos uma relação contraditória entre a tradição e modernidade. Se os espíritos ancestrais remontam à épocas remotas, em que medida os Azimu conhecem a coca-cola e a bolacha Maria que provém do Ocidente? É estranho e complicado compreender a priori o significado dos mesmos neste processo cerimonial. Devido a natureza do nosso trabalho não iremos aprofundar a questão.

Contudo, após o término da evocação dos Azimu, realiza-se uma festa onde, as pessoas contribuem com alimentos ou de acordo com as suas possibilidades (cabritos,

¹⁵⁴ Entrevista nº17. 27/01/01. Mulima

porcos e outros animais, e bebida tradicional feita à base de farelo de milho). No final da festa o pires com farinha, as bolachas e a coca - cola permanece no local durante oito dias. Quando retirado do local, a coca- cola é deitada fora, a farinha e as bolachas são consumidas apenas por crianças, porque são consideradas inocentes e isentas de males originados pelo mundo terreno. Assim, depois desta cerimónia as pessoas estão protegidas contra todos os males incluindo doenças. O Sembê, um ritual fundamental da cultura Sena, é também usado quando as pessoas morrem, para a integração dos mortos no grupo dos seus ancestrais¹⁵⁵, para que os seus espíritos não se tornem malignos, causando problemas para os vivos. No entanto, são as rezas orientadas pelo Régulo Mulima durante o Sembê, que os membros da associação afirmam não surtir efeitos positivos, alegando que este possui um contencioso com os Azimu. Nessa base, um dos entrevistados afirmou que para além da falta de chuva, tem havido vários acidentes. Nas obras de construção do posto administrativo, apesar do Nhacuaua ter feito Sembê, duas pessoas caíram e quase perderam a vida¹⁵⁶. O Sembê é o kuphalha dos rongas e changanas e de outros povos e religiões existentes em Moçambique.

Durante o trabalho de campo tivemos a oportunidade de presenciar um acidente que ocorreu na Associação 25 de Setembro. O irmão mais novo do presidente cortou as mãos quando colocava o milho na moageira. O técnico responsável pela Componente de Desenvolvimento Económico Local (DEL) da UNOPS/PDHL, afirmou-nos que este tipo de acidente já havia ocorrido em Maríngué e Macossa (Província de Manica), onde o mesmo programa encontra-se em funcionamento. Explicou-nos que numa primeira fase, os membros da associação foram ensinados a manusear a máquina e a conhecer os riscos e cuidados a ter. Os membros da associação entendem que este acidente resulta acima de tudo, da ineficiência das rezas do Régulo. Alegam que se não fosse a falta de respeito pelos Azimu por parte deste, o acidente não teria acontecido. Acreditam na função do Sembê, isto é, a protecção dos indivíduos e do lugar onde estão inseridos. Mas por outro lado, o Régulo Mulima afirmou-nos que o facto relatado pelos membros da associação não corresponde a verdade. Confirma que a falta de chuva tem que ver com a falta de respeito pelos Azimu, e o não cumprimento das regras tradicionais está relacionado com

¹⁵⁵ Freitas, 1971:57-58.

¹⁵⁶ Entrevista nº5. 24/01/01. Mulima

a presença das igrejas. Em relação aos acidentes ocorridos nas obras de construção e na própria associação, alega que estes estão associados aos problemas familiares dos respectivos membros. Problemas que só um curandeiro poderá resolver. Na memória dos nossos entrevistados o régulo Mulima é neto da irmã do falecido régulo. Os filhos do falecido eram pequenos, e ele, antes da sua morte indicou o sobrinho, filho de sua irmã para que ascendesse ao trono. Ficava, contudo, com a obrigação de transferir os poderes logo que um dos seus primos, filho do tio (régulo falecido) atingisse a maturidade. Como não cumpriu com estas regras, após a sua morte ascendeu ao cargo o actual régulo Mulima. O facto do falecido régulo não ter respeitado a tradição, as rezas do seu filho e actual régulo, não surtem efeitos positivos.

Portanto era uma questão de herança do poder. Não foi respeitada a norma tradicional. A resolução deste conflito, como afirmam os membros da associação passa necessariamente por uma reunião com toda a população onde o herdeiro legítimo (um dos membros da associação) durante o Sembê vai comunicar com os Azimu, guardiões da região de Mulima. A expansão das Igrejas em todo o regulado não deixa de ter relevância, porque para todos eles representa o foco dos principais obstáculos para a realização do encontro com a população. Como resultado dessa expansão religiosa, os locais ancestrais sagrados (macie) já não são respeitados, as pessoas já cortam a lenha para cozinhar porque só acreditam na palavra de Deus¹⁵⁷. O representante da direcção distrital de agricultura de Mulima é fumo da aldeia Nhacagulane do regulado Mulima, afirmou-nos que, não apenas a população de Thentha mas de todo o regulado tem reclamado sobre o facto das rezas do régulo não surtirem efeitos desejados e a população encontra-se dividida entre os que ainda acreditam na tradição e os que acreditam nas novas crenças religiosas¹⁵⁸.

Apesar das divergências, os entrevistados são unânimes em concordar que a falta de respeito pelos Azimu constitui a principal causa da pobreza. Antigamente não havia muita pobreza porque as pessoas acreditavam nos poderes tradicionais e respeitavam- os.

¹⁵⁷ Os locais sagrados (macie) são os cemitérios, ou lugares onde foram enterrados os régulos no passado.

¹⁵⁸ Entrevista nº2. 24/01/01. Mulima

2. Programa de Desenvolvimento Humano a Nível Local (PDHL)

O Programa de Desenvolvimento Humano a Nível Local foi concebido em 1997 por técnicos dos Governos de Moçambique e Itália, do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Serviço de Projectos das Nações Unidas (UNOPS), e coordenado por esta última junto das instituições locais moçambicanas.

Surgiu no âmbito das iniciativas para ajuda aos países em vias de desenvolvimento, no cumprimento das decisões da Carta de Copenhaga de Março de 1995, inscreve-se no Programa Quinquenal do Governo e no seu Plano Económico Social¹⁵⁹. A Carta de Copenhaga estabelece os compromissos a serem cumpridos pelas nações em prole do desenvolvimento social, que passam necessariamente pela criação de condições políticas, sociais, económicas e legais, oportunidades e respeito pelas tradições locais¹⁶⁰.

Os objectivos principais do programa são: (1) apoiar a consolidação da paz no âmbito do Acordo Geral de Paz em Roma e a realização de Programas do Governo aprovados em Maio de 1995; (2) aplicar a Carta de Copenhaga; (3) favorecer a coordenação e eficácia entre a sociedade civil e organizações não governamentais; (3) apoiar a participação das populações vulneráveis no processo de desenvolvimento; e (4) melhorar a nível local as condições institucionais e infra-estruturas básicas em termos de rendimentos, saúde, educação, direitos e meio ambiente nas províncias de Manica, Sofala e Maputo¹⁶¹.

Para a concretização destes objectivos ou do desenvolvimento económico e social, foram considerados quatro conceitos fundamentais que funcionam como variáveis dependentes do processo de desenvolvimento: territorialidade; não exclusão; participação e sustentabilidade¹⁶², pelas quais são aplicadas nas actividades desenvolvidas no âmbito dos projectos identificados nos locais seleccionados. Em Chemba, as diversas actividades tem sido realizadas de acordo com essas variáveis.

¹⁵⁹ UNOPS:1998.

¹⁶⁰ UN:2000.

¹⁶¹ UNOPS:1998.

¹⁶² UNOPS, 2000a:1-3.

Na territorialidade está subjacente à ideia da extensão da acção das organizações sociais e económicas, nos distritos catalisadores de acções de desenvolvimento, que beneficiem as comunidades. A não exclusão refere-se à integração dos grupos sociais marginalizados por miséria concentrada, isolamento resultante de guerras internas e discriminação de género.

A participação é definida como a interpretação e definição das necessidades, acções e decisões pela população. A participação deve ser feita através do estabelecimento de consensos entre autoridades locais e a população, formações em matérias específicas, organização e aplicação de metodologias participativas de planificação como o “mapas de riscos e recursos comunitários”¹⁶³.

A sustentabilidade refere-se à capacidade dos mecanismos de gestão dos projectos permanecerem durante o tempo e a possibilidade de mostrar-se como opção relativamente reproduzível noutros cenários parecidos. Esta é conseguida através do cumprimento de certos requisitos de natureza política (não se envolver com as questões partidárias, institucional coordenar com as direcções distritais e organizações que lá trabalham), social e cultural (respeito as tradições locais) por parte dos executores do programa.

De modo a operacionalizar estes conceitos ou variáveis foram definidas cinco componentes de intervenção:

Direito e apoio as instituições locais, que tem como objectivo reforçar a capacidade de gestão, as condições operativas da administração pública e apoiar o funcionamento do sistema judicial, na divulgação e informação sobre as leis.

Gestão de recursos territoriais e ambientais, que tem como objectivo reforçar a capacidade local de planificação, implementação de instrumentos participativos e apoio na divulgação das políticas de conservação do meio ambiente.

Saúde, que visa melhorar a qualidade do serviço de saúde, reforçar a sua ligação com a comunidade e saneamento ambiental.

Educação, que tem como objectivo melhorar a qualidade do ensino, e criar condições de cobertura escolar com equidade

¹⁶³ O Mapa de riscos e Recursos Comunitários é uma técnica de envolvimento da população na identificação das suas necessidades mais urgentes, possíveis soluções e os factores de risco existentes nas comunidades seleccionadas para o levantamento (UNOPS, 1998).

E desenvolvimento económico local, que visa a criação e fortalecimento das capacidades locais, dos serviços de apoio à produção e comercialização, a criação de mecanismos de sustentabilidade destas actividades¹⁶⁴.

A pesquisa centrou-se, com maior incidência, na Associação 25 de Setembro financiada pelo Programa no âmbito da componente de desenvolvimento económico local, no qual se inscreve o projecto de gestão da moageira da Associação 25 de Setembro.

2.1. Funcionamento do Programa no Distrito

O estado de degradação das vias de acesso e destruição das infra-estruturas fez com que a UNOPS, através deste programa, tivesse como ponto de partida a reconstrução das instalações para o funcionamento de escritórios e depois os estabelecimentos comerciais (lojas, cantinas, instalações dos mercados) e do registo notariado para a concretização dos seus objectivos.

As instalações do programa no distrito encontram-se a funcionar na vila sede do distrito, porque na sede dos postos administrativos os escritórios ainda não estavam concluídos. Na sede do distrito conta com 4 funcionários, 1 técnico responsável pelas componentes do programa, 1 lojista, 1 motorista, 1 operador de rádio transmissor e receptor. Em termos de equipamento, existe 1 computador, 1 impressora, 1 gerador que fornece energia eléctrica ao escritório, 1 viatura ligeira (com tracção as quatro rodas) 2 motos.

Os planos operativos e relatórios do programa indicam que entre 1999 e 2001 foram realizadas diversas actividades económicas e sociais pelas diversas componentes¹⁶⁵. Essas actividades apontam para o melhoramento das condições de trabalho, em termos de administração pública, gestão do sistema judicial, sensibilização da população em metodologias participativas e na qualidade de serviços básicos nas áreas de saúde e educação (anexo nº12).

O programa deveria terminar em Junho de 2001 e a componente desenvolvimento económico local está atrasada, previsto a terminar em Dezembro. De acordo com o

¹⁶⁴ UNOPS.2000a.1-3.

¹⁶⁵ UNOPS, 2000:01, UNOPS, 2001.

funcionário da UNOPS, o atraso está ligado à falta de organização da população em associações e a não conclusão das obras (unidades comerciais ou lojas). O programa apoia a legalização das associações e consecutivamente a sua entrada em projectos de geração de rendimento (comercialização agrícola, criação de animais, moageiras e outras). Apesar das pessoas terem conhecimento desse apoio financeiro para a legalização das associações, o processo tem sido moroso porque as pessoas demoram muito tempo para se organizarem.

Segundo o régulo Mulima e Fumo Joaquim, as pessoas tem receio sobre esta “nova forma de organização” e os que se organizam é sempre em função de parentesco e muitas vezes não conseguem atingir o número de membros exigido para o processo de legalização¹⁶⁶. O número exigido para a legalização da associação é de 10 pessoas, o técnico da UNOPS afirmou, que o principal problema está relacionado com os próprios potenciais membros da associação que, não sabem o que querem, muitos deles não aparecem no dia da legalização¹⁶⁷. Tudo indica que, como apresentaremos mais adiante, as pessoas tem receio dessa nova forma de organização, porque pensam ser o mesmo que as cooperativas de produção colectiva criadas logo depois da independência.

Não obstante, a existência de atrasos por parte da população, a UNOPS também atrasou algumas actividades. A construção da cooperativa e da loja de Mulima não estava concluída, em Janeiro do corrente ano. As razões do atraso são: chuvas. No período chuvoso de 2000 as vias de acesso ficaram intransitáveis, contribuindo para a paralisação das actividades do programa. Em relação a Moageira ainda não houve problemas no pagamento dos valores de crédito (400.000.00Mt), estes valores são pagos ao Fundo de Fomento a Pequena Indústria (FFPI), uma organização nacional habilitada na matéria de micro- crédito, que gere os fundos atribuídos à população pela UNOPS/PDHL. Esta organização trabalha no distrito desde 1999. Apesar do atraso de 6 meses, a UNOPS tem estado a cumprir com os objectivos do programa: A implementação da metodologia participativa de trabalho junto de líderes comunitários, chefes tradicionais e a população (Mapas de riscos e recursos comunitários) e a constituição do grupo de trabalho distrital, composto pelo administrador, directores distritais, representantes das ONG's e chefes

¹⁶⁶ Entrevista nº1. 24/01/01, Entrevista nº2. 24/01/01. Mulima

¹⁶⁷ Entrevista nº3. 02/02/01. Chemba



tradicionais de todas as localidades e povoações que tem sido determinante para o sucesso das actividades. As actividades são realizadas a um ritmo acelerado na vila sede do distrito do que nas localidades. Na vila sede já foi elaborado o mapa de riscos e recursos comunitários, foi construído um mercado, onde as pessoas já colocam seus produtos a venda, foram financiadas e concluídas duas lojas, 1 padaria, 1 alfataria, 1 carpintaria e noutras actividades (anexo nº6 e12).

Apesar dos constrangimentos (chuvas e falta de organização da população em associações), a concretização dos objectivos do programa está directamente associada aos encontros realizados com os chefes tradicionais e os líderes comunitários do distrito. Esses encontros tinham como finalidade estabelecer o diálogo, entre os executores do programa e os líderes comunitários e chefes tradicionais, para identificar as capacidades e potencialidades do distrito ¹⁶⁸.

Durante a pesquisa verificamos que os considerados líderes comunitários estão localizados apenas na sede do distrito, são os antigos secretários dos bairros. Nas localidades encontram-se apenas os chefes tradicionais que são os régulos, saphandas (pequeno rei) e Fumos (chefe da aldeia). Os líderes são eleitos pela população enquanto que as autoridades tradicionais ascendem aos cargos pela via da linhagem real. Os chefes tradicionais (régulos) tem tido um papel fundamental no processo de desenvolvimento, na medida em que, transmitem as “necessidades da população”, ao mesmo tempo que a mobilizam e influenciam na execução das actividades propostas pelo programa.

As acções do programa (construção do posto administrativo, inauguração da moageira 25 de setembro e da loja, e outras), Como afirmam os entrevistados, passaram pela consulta aos chefes tradicionais e pela cerimónia Sembê. Mas os orçamentos para estas actividades foram calculados pelos funcionários da UNOPS. Apesar do envolvimento activo dos chefes tradicionais na elaboração dos planos que definem acções prioritárias, não significa que estejamos perante uma participação comunitária no sentido de existir voluntariedade e solidariedade.

A UNOPS/PDHL tem subsidiado a participação dos régulos nas reuniões como um meio para incentivá-los. O técnico da UNOPS afirmou-nos que estas reuniões são

¹⁶⁸ UNOPS, 2000b:01.

realizadas na sede do distrito, os régulos locais (residentes na sede) recebem um valor diário de 80.000.00mt e os régulos que vem das localidades (no interior do distrito) recebem um valor de 160.000.mt, e todos eles nunca faltaram aos encontros¹⁶⁹. Os régulos do interior deslocam-se até a vila sede, percorrem vários quilómetros (50 a 80) de bicicleta ou a pé para participarem nestas reuniões incentivados pelo subsídio¹⁷⁰. A vontade que orienta os régulos não é essencial mas sim arbitrária¹⁷¹. Resulta também do facto da UNOPS/PDHL ser vista pela população como uma figura de “Pai Natal”, isto é, uma figura que resolve todos os problemas¹⁷². A moageira pertencente à Associação 25 de Setembro, foi financiada pela UNOPS/PDHL, é apontada como um dos melhores investimentos ocorridos no posto administrativo depois da guerra.

Todavia, os régulos porque recebem os subsídios cumprem com as suas tarefas que passam não apenas pela identificação dos problemas das comunidades mas também pela sensibilização da população com vista à participação nos projectos de desenvolvimento rural.

A ideia de organização da população em associação é um exemplo concreto. Os funcionários da UNOPS/PDHL tiveram o cuidado de informar aos régulos que apoiavam com distinção as pessoas organizadas em associação, financiando também a legalização da mesma¹⁷³. A UNOPS também apoia iniciativas individuais, só que os indivíduos seleccionados são os que tem experiência em negócios, por exemplo os que antigamente tinham algum estabelecimento comercial, é o caso do Sr Carlitos Bengemane proprietário da única loja no Posto administrativo de Mulima. Na vila sede existem também alguns privados que receberam apoio financeiro da UNOPS. Os valores variavam de acordo as condições dos beneficiários (situação de pobreza, o tipo de empreendimento ou projecto

¹⁶⁹ Entrevista nº3. 02/02/01. Chemba

¹⁷⁰ Este tipo de subsídio ou incentivo aos régulos não é algo de novo na história de Moçambique. Em 1942 a quando da circular 8181D7 e do regulamento de Bettencourt houve uma reorganização do sistema de impostos aplicáveis a população negra. O governador geral ao reforçou os régulos na ideologia local para desempenharem o melhor possível nas suas obrigações e trabalhando a par com a administração portuguesa recebendo gratificações. Na Zambézia por exemplo, cada chefe que apoiasse a campanha de propaganda do algodão e a cobrança rigorosa dos impostos obteria uma casa construída de alvenaria, depósito de água a custa da administração e das companhias concessionárias (Hedges et al, 1993: 98-99)

¹⁷¹ Vontade essencial é original, envolve o pensamento de um organismo humano individual, é resultado dos sentidos existenciais. Enquanto a vontade arbitrária é a criação do próprio pensamento, imagina as consequências prováveis ou certas de uma acção, avaliando o resultado final e usando como critério (Tonnie, Ferdinand, 1887In: Braga Cruz,519-20)

¹⁷² Adam, 1997:81.

apresentado). Nem todos os beneficiários eram muito pobres no sentido de pobreza extrema como pensávamos a partida.

A componente de desenvolvimento económico local do programa, tem como uma das actividades, o apoio financeiro na legalização de associações, orçado em 7 milhões de meticais. Este valor é considerado elevado por parte da população, e por essa razão esperam pelo apoio financeiro das ONG's ou do estado.

A UNOPS/PDHL "respeita" a liberdade das pessoas em se organizarem por si mesmas, mas traçou os limites da maneira como elas se devem organizar. Assim as pessoas organizam-se em função da maneira como a UNOPS/PDHL e outros programas como o PIRAC (Projecto Austríaco para o Desenvolvimento) e ONG's como a ORAM (Associação rural de Ajuda Mútua) pretendem- associação- e segundo as normas da União Nacional de Associação de Camponeses¹⁷⁴

O presidente da União Distrital de Associação de Camponeses afirmou-nos que existem camponeses integrados em associações e que não sabem o que é uma associação "...estão lá apenas porque lhes disseram que iam receber apoio para a melhorar as suas condições de vida..."¹⁷⁵. Por essa razão o presidente tem envidado esforços para uma sensibilização constante, através de reuniões com os presidentes das associações de camponeses do distrito.

2.2. Associação de Camponeses 25 de Setembro de Mulima

Do ponto de vista jurídico, a associação é uma relação social que é fechada para estranhos ou então que restringe a sua admissão com base em regulamentos. A autoridade é imposta pelas acções de indivíduos especificamente encarregados, dirigentes ou chefes é originária de um acordo voluntário ou por imposição de fora e um acordo subsequente¹⁷⁶. Mas na realidade social as associações existem não apenas formalmente como também informalmente, na medida em que nem sempre obedecem aos procedimentos legais, desde que as pessoas se entendam.

¹⁷³ Entrevista nº3. 02/02/01. Chemba

¹⁷⁴ UNAC é uma associação nacional, é autónoma, representa e defende os interesses económicos e sociais dos camponeses e a importância do seu papel no desenvolvimento da agricultura, a nível local está representada pela UDAC (UNAC,1996:05).

¹⁷⁵ Entrevista nº4. 30/01/01. Chemba

A Associação 25 de Setembro de Mulima resultou de uma imposição externa (das ONG's que sensibilizam as pessoas, isto é, que só apoiam as pessoas organizadas em associação) e de um acordo subsequente entre os membros desta, dentro de um contexto em que as pessoas não tem outra alternativa para obter apoio financeiro para as suas actividades económicas. A legalização custou 7 milhões de meticais, e depois de legalizada, receberam apoio financeiro para a realização do projecto de gestão moageira. Para exercer esta actividade, todos os membros foram submetidos a formações técnicas em matéria de gestão do negócio.

A associação foi criada no dia 26 de Dezembro de 1998 e posteriormente legalizada com o apoio da UNOPS em 1999. É composta por 16 membros, dos quais 2 são do sexo feminino e 14 do sexo masculino. A sua estrutura administrativa é composta por 8 membros, um presidente, um vice presidente, um secretário, um tesoureiro e três fiscais.

Os membros dessa direcção foram eleitos em função das relações de parentesco. O presidente da associação é o homem mais velho de um grupo de 12 irmãos (filhos do mesmo do mesmo pai) que também fazem parte da direcção excepto o seu filho mais velho que é tesoureiro e o seu primo que é um dos oficiais. As únicas duas mulheres que compõem a associação são esposas de dois membros de direcção¹⁷⁷ (presidente e vice presidente), são as esposas mais novas. A inclusão destas duas mulheres na associação foi feita depois do presidente da associação ter participado numa reunião organizada pela União Distrital da Associação de Camponeses (UDAC), na qual ele é um dos membros: "...nessa reunião o presidente da UDAC disse que era importante a integração de mulheres nas associações era importante porque se tratava de uma nova política... temos que respeitar e temos que respeitar esta política para receber apoio financeiro em projectos.. desta forma incluímos as nossas esposas, porque na nossa cultura as mulheres não aceitam trabalhar junto de homens que não são seus maridos ou parentes..."¹⁷⁸

A agricultura, comercialização de excedentes agrícolas e gestão da Moageira são actividades principais desta associação. Para além da machamba colectiva de algodão,

¹⁷⁶ Weber, 1987:93-99.

¹⁷⁷ As tarefas exercidas por estas duas mulheres no seio da associação, segundo as entrevistas, não diferem das tarefas desempenhadas no seio da família (preparar os alimentos e limpezas).

¹⁷⁸ Entrevista nº5. 24/01/01. Mulima

cada membro possui machambas particulares de algodão e de outras culturas de consumo. O algodão é comprado pela Companhia Nacional Algodão que, por sua vez, fornece sementes a população¹⁷⁹ A moageira está em funcionamento há 1 ano. Para moer 20 kilogramas de milho sem película custam 10.000.00 MT, e com película 12.000.00 MT. Os pobres, os sem dinheiro pagam em milho ou em espécie – 10 kilogramas de milho para moer 20 kilogramas e um cabrito para 40 kilogramas. (1) as receitas proveniente das actividades da associação servem para o pagamento do crédito da moageira, compra de combustíveis para o funcionamento da moageira e para o salário mensal dos seus membros que foi estipulado no valor de 100.000.00 MT. O restante é depositado para o fundo da associação pelo presidente.

A ideia de criação da associação, segundo entrevistados, surgiu com as propaganda e mobilização feita pelos membros da Associação de Camponeses de Murraça (distrito de Caia). Os de Murraça visitaram Mulima e perguntaram se eles, os de Mulima, estavam interessados em criar uma associação. O presidente da associação de Mulima afirmou o seguinte “...Eu perguntei como? Em toda a minha vida nunca tinha ouvido falar de associação (...) eles explicaram-me, eu aceitei e falei com outras pessoas e criamos esta associação...”¹⁸⁰. A ideia de associação é externa a este grupo, mas também, antes da chegada dos membros da associação de Murraça, tiveram conhecimento pela Rádio Moçambique sobre a existência de associações, como o da associação Tchuma-Tchato na província de Tete.

O representante da direcção distrital da agricultura confirmou que o projecto PIRAC realizou campanhas de sensibilização em todas as povoações do posto administrativo de Mulima entre 1996-1998 e conseguiu apenas convencer um só grupo, aquele que formou uma das primeiras associações (Melo). A maior parte dos membros da Associação de Camponeses Melo desistiram porque não houve apoio financeiro das ONG's. A Associação de Camponeses Melo já não existe.

A mobilização e propaganda levada a cabo pelo PIRAC levou alguns camponeses a organizarem-se em associações de modo a receberem algum apoio financeiro para a melhoria das condições de vida¹⁸¹.

¹⁷⁹ Entrevista n.º 2. Data 26.01.01. Mulima

¹⁸⁰ Ibidem.op.cit.

¹⁸¹ Entrevista nº4. 30/01/01. Chemba

Na Associação 25 de Setembro, segundo o presidente, na altura da fundação eram 36 membros e agora são 16 membros. Os restantes 20 desistiram porque não acreditaram que um dia recebessem apoio financeiro duma ONG. Foram saindo ao longo do tempo. Os membros da associação trabalharam durante um ano por conta própria, ou seja, "... pagávamos as quotas mensais mas como os membros de Murraça apareciam de vez em quando para nos dar maior força, as pessoas foram desistindo..."¹⁸². A maior parte das pessoas que desistiram foram os de linhagem diferente (vizinhos pessoas residentes na povoação)¹⁸³.

O pagamento da quota inicial foi de 1.500 MT e a quota mensal corrente é de 3.000 MT. As pessoas que queiram ingressar hoje em dia na cooperativa devem pagar uma quota inicial ou jóia estipulada entre os 200.000.00 MT e os 300.000.00 MT. O valor da jóia foi estipulado pelos membros desta associação. Não existe um critério uniforme para estipular o valor das quotas para os membros da associação no distrito. Cada associação decide o valor de acordo com a opinião dos membros fundadores¹⁸⁴.

Este valor é bastante elevado para as condições de pobreza em que vive a maior parte das pessoas no regulado e no posto administrativo. A razão apontada para este preço elevado, foi o facto da associação estar em funcionamento há bastante tempo e num estágio avançado de desenvolvimento. Do meu ponto de vista a razão que nos parece estar mais próxima da verdade é o facto dos membros do grupo que se mantém na Associação 25 de Setembro estarem unidos por laços de parentesco e evitarem, com os preços altos da jóia, a entrada de quem eles não querem lá dentro da associação.

O preço elevado da quota pode ser visto como um mecanismo de exclusão social deste grupo de parentes em relação a outros (não parentes). Constitui uma estratégia de preservação do património familiar e da riqueza entre um grupo de camponeses. Está subjacente uma atitude de defesa dos membros da associação em relação às pessoas que pretendem fazer parte da Associação. Esta prática permite-nos concluir que a pobreza não une as pessoas de modo a formarem uma comunidade, pelo contrario divide as pessoas, os ricos não querem que os pobres entrem como proprietários, isto é, seus iguais ou seus pares, mas talvez como trabalhadores.

¹⁸² Entrevista n.º 5. Data 24-01-01. Mulima

¹⁸³ Ibidem. op. cit.

¹⁸⁴ Entrevista n.º 4. 30/01/01. Chemba

O motivo que levou os residentes da povoação de Thentha `a organizarem-se na associação 25 de Setembro ou noutras, foi o de obter apoio financeiro e material da UNOPS. A Associação de Camponeses de Melo formou-se pelo mesmo motivo – obter ajuda. Na percepção destes camponeses a associação existe “... quando as pessoas trabalham juntas de forma organizada e obtém algum apoio financeiro por parte de organizações (doadores, ONG’s, projectos, govern (...)) As pessoas podem estar bem organizadas, mas sem apoio financeiro as pessoas desistem porque preferem trabalhar sozinhas ...”¹⁸⁵. Assim, a população é obrigada a participar num projecto de formação de associações porque não há apoios para actividades individuais. Os únicos indivíduos que recebem ajuda da UNOPS a título individual são aqueles que já tiveram no passado algum tipo de propriedade – loja, carpintaria e outras. A única forma que um camponês tem de obter apoio para si é de se apresentar como membro de uma associação.

Em Mulima, a Associação 25 de Setembro surge como resultado de um processo de mobilização por parte da UDAC – União Distrital de Associações de Camponeses de Chemba, e do PIRAC. A UDAC –Chemba faz campanhas locais de sensibilização e mobilização para a formação de associações de camponeses. O PIRAC faz a divulgação de informação sobre associações e associativismo pela rádio. A voluntariedade, solidariedade e cooperação estão ligados às relações de parentesco. Os membros da associação que permaneceram quando os outros saíram, são membros da mesma família.

Contudo, a lógica de produção agrícola da família alargada ou extensa foi transferida para a organização e funcionamento da associação que é propriedade da família Mulima. É uma empresa privada e familiar chamada associação. As relações de solidariedade neste grupo resultaram das relações de consanguinidade e afinidade. O parentesco foi o meio que os membros da mesma família alargada encontraram para se tornarem ricos.

Partindo do princípio que num contexto de pobreza extrema dificilmente as pessoas ricas se solidarizam com as pobres. A solidariedade surge entre os ricos no seio da unidade doméstica a que pertencem. Os pobres não entram em associações dirigidas pelos ricos para não serem explorados e se tornarem ainda mais pobres. A voluntariedade aparente na formação das associações resulta do processo de mobilização prévia e `a

¹⁸⁵ Entrevista n.º 3. 24-01-01.Mulima

participação activa nas actividades da associação tornou-se uma obrigação para os associados na medida em que visa atingir um determinado objectivo que é o aumento do rendimento. A participação dos membros na vida da associação é também obrigatória porque a formação da associação dependeu do crédito que foi conseguido com o apoio dos espíritos ancestrais, os Azimu. Não participar na associação que surgiu porque os Azimu quiseram tornar-se-ia num acto de falta de respeito. Os entrevistados acreditam que através da formação de associações é possível obter apoio financeiro (dinheiro) e material das ONG's e outro doadores mas sempre com uma ajuda suprema dos azimus, se estes últimos não quiserem por estarem zangados com os vivos o esforço das ONG's ou do Estado seria em vão. As motivações que estiveram na base da participação activa dos membros da associação 25 de Setembro estão ligadas à obtenção de apoios (de organizações doadoras) para a realização de negócios que estão além da agricultura que satisfaz as suas necessidades básicas – alimentação, vestuário, e outros. A associação é uma fonte de geração de rendimentos não agrícolas e uma forma de obter donativos. Este grupo conseguiu apoio na compra da moageira (através de crédito) e como ainda não houve problemas entre os associados no projecto de gestão da moageira a Associação de Camponeses 25 de Setembro é considerada um exemplo de sucesso na região. Há uma tendência das pessoas organizarem-se em associações, porque o apoio externo é visto como a condição fundamental para obterem um meio de produção que permita ganhar dinheiro. O apoio externo não é visto como meio para assegurar a continuidade da associação ao longo do tempo ou de sustentabilidade. Os membros da associação deixam de ser membros, desistem, quando não são apoiados, isto é, quando não recebem apoio de organizações de apoio ao desenvolvimento, que para cada indivíduo se traduz num rendimento mensal. A associação como organização é assim um mecanismo que as pessoas encontraram para melhorar as suas condições de vida, saindo da pobreza extrema ou mesmo de se tornarem ricos.

2.3. Associação como Sinónimo de Cooperativas

Em todo o posto administrativo existe apenas uma associação de camponeses que é a de 25 de Setembro¹⁸⁶. Quando o projecto PIRAC iniciou no distrito, através de campanhas de sensibilização para que as pessoas se organizassem em associações, muitas delas tinham dificuldades de entender o que era uma associação, não conheciam objectivos e não acreditavam nos possíveis resultados¹⁸⁷. As pessoas pensavam que se tratavam de cooperativas de produção, das que existiram no âmbito da criação das aldeias comunais depois da independência, e não gostavam do trabalho colectivo nos moldes apresentados pelo governo.

Na percepção dos camponeses entrevistados, "...as cooperativas beneficiavam o Estado e prejudicavam-nos, obrigavam-nos a partilhar terras dos nossos antepassados com pessoas estranhas, ou transformando-nas em machambas colectivas¹⁸⁸.

De acordo com o Régulo Mulima, a tendência das pessoas se organizarem em associações, resultou de campanhas de sensibilização que ocorreram em Mulima, e posteriormente do facto das pessoas observarem a Associação 25 de Setembro de onde os respectivos membros eram beneficiários das receitas proveniente da Moageira¹⁸⁹. "...hoje as pessoas entendem a associação como algo diferente das cooperativas anteriores porque a população é que beneficia das acções dos projectos, as suas machambas particulares não se tornam colectivas, pelo contrário podemos criar outra machamba colectiva ou então uma outra coisa como aviário, através do dinheiro proveniente das receitas da moageira sem precisar de sacrificar a sua própria machamba como acontecia no tempo das cooperativas¹⁹⁰. Para os entrevistados o principal motivo que impede a existência dessas associações neste momento, é a falta de apoio financeiro por parte das organizações não governamentais e do próprio Estado e a confusão existente entre a percepção sobre as novas associações e as cooperativas estatais, por parte de algumas pessoas em Mulima, ou mesmo em Chemba como um todo.

¹⁸⁶ Enquanto as associações de camponeses no distrito da Manhiça tiveram origem nas extintas cooperativas da época socialista, evoluíram da forma de produção colectiva para forma individual (Mejía, 2000:28), em Chemba esta é resultado de um processo de divulgação e sensibilização.

¹⁸⁷ Entrevista nº1.24/01/2001. Mulima

¹⁸⁸ Entrevista nº3. 02.02.01. Chemba

¹⁸⁹ Entrevista nº1.24/01/01. Mulima

¹⁹⁰ *Ibidem*.op.cit.

Até 1998 existiam apenas 2 associações de camponeses no posto administrativo de Mulima, mas, porque não houve apoio financeiro, as pessoas desistiram e sobreviveu apenas a associação 25 de Setembro, que os seus membros tiveram paciência e esperaram pelo apoio que só foi possível em 1999 com a chegada da UNOPS¹⁹¹. Mas mesmo assim, algumas pessoas que não quiseram esperar, as que não faziam parte da família alargada acabaram por desistir. Segundo um dos membros da associação, na primeira fase desta associação também tiveram receio, mas como não se contentaram com as condições de pobreza resolveram enfrentar o risco confiando na solidariedade familiar para aumentar o rendimento ou mesmo para cobrir os danos se o negócio corresse mal¹⁹². "...agora, vendo que esta associação beneficia não apenas os seus membros mas também a povoação, as pessoas já conhecem os benefícios desta forma de organização económica e estão dispostos a aderir, desde que haja apoio financeiro..."¹⁹³.

Nestá percepção há uma contradição, isto é, um dos motivos apontados para justificar o atraso da componente de desenvolvimento económico local do programa foi a falta de organização das pessoas em associação. O que nos parece mais convincente na explicação desta falta ou morosidade na organização é que as pessoas em Thenta não querem associação. Elas querem apoio individual ou através das estruturas existentes e não através de associações. Apesar das campanhas de sensibilização as pessoas tem imensas dificuldades em perceber a diferença entre associação e cooperativa devido a maneira como as cooperativas do Estado eram geridas no período pois independente, daí que receia este tipo de organização. O receio da população justifica a existência de apenas uma e única associação de camponeses em todo o Posto Administrativo de Mulima e se quisermos extrapolar para a existência de 13 associações de camponeses em todo o distrito.

¹⁹¹ Entrevistanº2. 24/01/2001.Chemba

¹⁹² Entrevista nº12. 24/01/01.Mulima

¹⁹³ Ibidem.op.cit.

3.Participação Comunitária: *Gumira ou Nomi !*

Ao questionarmos sobre a origem da associação na povoação Thentha identificamos duas instituições tradicionais que podem ser vistas como formas organizativas para fazer a participação comunitária. Os entrevistados afirmaram que nunca tinham ouvido falar sobre associações entre os negros se não de cooperativas antes do projecto Pirac. De acordo com o régulo Mulima as associações existiam apenas entre os colonos brancos. Entre os 'cafiri' - termo usado pelos nossos interlocutores - nunca tinham visto associações¹⁹⁴.

O Nomi e o Gumira, segundo os entrevistados, são conhecidos entre os Sena, desde sempre, como organizações tradicionais. Os ancestrais dos Sena actuais já conheciam o Nomi e o Gumira. Nomi é usado para designar um grupo de jovens ou de crianças (14 anos) que se juntam por iniciativa própria para realizarem actividades – machamba, sachas, limpezas, e outras na aldeia. Estas actividades podem ser remuneradas ou não. Quando remuneradas, o dinheiro ou bens adquiridos são guardados pelo grupo. Este grupo dedica-se não apenas a actividades de lazer (festas) mas também a trabalhos agrícolas nos períodos de crise (secas ou cheias) para salvar as culturas. A colaboração do grupo tem a duração de quatro meses ou mais dependendo da dinâmica do grupo e do problema a resolver. Os Nomi eram considerados instituições essenciais da vida pré- marital, disseminavam conhecimentos úteis e defendiam os comportamentos aprovados pela sociedade¹⁹⁶. Nomi é, assim, uma organização estritamente hierarquizada, estruturada com base nos dormitórios comuns existentes nas povoações e actua como elemento de ligação entre as linhagens e a as secções da povoação¹⁹⁵. As pessoas que participavam no Nomi, respeitavam as obrigações de prestação recíproca de tarefas colectivas em troca de remunerações.

Gumira é uma organização de adultos para resolver problemas e necessidades pontuais que afectam as pessoas da aldeia ou comunidade, "...São grupos de ajuda mútua, não existe remuneração, as pessoas aceitam o trabalho porque esperam que numa

¹⁹⁴ Entrevista. nº1. 24/01/01. Mulima

¹⁹⁶ Ibidem.op.cit.

¹⁹⁵ Rita-Ferreira, 1975:150.

outra situação as pessoas também irão ajudar e ajudam...”¹⁹⁷. Na altura das sementeiras, nas sachas ou colheita, participam num regime voluntário, todas as pessoas de uma determinada povoação. De acordo com um dos entrevistados “...na época da colheita e lavoura os jovens ou adultos fazem um calendário de actividades onde incluem todas machambas da povoação ou da aldeia...”¹⁹⁸. Outras necessidades ou problemas que este grupo se dedica, estão também relacionadas com funerais, casamentos, rituais. Gumira é uma associação, mas como não tem estatutos escritos não é considerada como tal pela população. Na óptica destes a prática remonta aos ancestrais. As pessoas juntam-se para dar apoio uns aos outros, desempenhar tarefas e realizar actividades que de forma isolada seria difícil¹⁹⁹. Este tipo de organização, em Moçambique não é recente ou nova, na zona Sul, em Changana é denominada Tsima, no início da campanha agrícola, é habitual as pessoas planificarem as suas actividades de modo a que não se verifique atrasos no calendário agrícola²⁰⁰. As comunidades organizavam-se activamente tendo como finalidade combater a fome na aldeia, facilitar colheita, construção e reabilitação de casas, cerimónias tradicionais, casamentos doenças e falecimentos²⁰¹.

A identificação destes dois termos permite refutar que a participação comunitária na vida dos moçambicanos é um facto tradicional, que de forma alguma começa nas aldeias comunais ou nas zonas libertadas antes da independência como as análises superficiais fazem supor. A diferença existente entre estas duas instituições locais e as cooperativas e associações, encontra-se apenas nos estatutos escritos ou formais e nos objectivos de cada uma. Nomi e gumira tem alcance comunitário, basea-se nas relações de solidariedade que caracteriza as acções voluntárias das populações. Portanto, ambas são instituições legítimas e tradicionais de participação comunitária, tem uma existência real e permanecem no tempo em função dos problemas cíclicos que perpassam as comunidades rurais. A lógica de funcionamento não deixa de ser importante para fomentar a participação activa da população no processo de desenvolvimento rural, tendo em conta que nesta última a voluntariedade e solidariedade é induzida através da

¹⁹⁷ Entrevista nº1. 24/01/01. Mulima

¹⁹⁸ Ibidem.op.cit.

¹⁹⁹ Entrevista nº5.24/01/01. Mulima

²⁰⁰ Muthambe,1998:01.

²⁰¹ Ibidem.op.cit.

mobilização e conscientização no sentido de envolver a população na resolução dos problemas que ultrapassam os fenómenos naturais e cíclicos que lhes são habituais

Capítulo IV

1. Conclusões

Os indicadores económicos e sociais definidos pelas políticas de pobreza estão presentes na percepção local de pobreza da população, mas estes por sua vez, atribuem maior importância a dimensão cultural. A dimensão cultural está relacionada com a falta de respeito pelos espíritos ancestrais por parte da população e com a própria organização social que se reflecte na organização das actividades económicas. Em relação a forma de organização social e económica, a monogamia no lugar de poligamia é um dos factores que pode levar a pobreza das pessoas. A relevância desta dimensão cultural manifestada nas percepções locais de pobreza em Mulima, reside no facto alertar os investigadores e activistas sociais, que trabalham sobre a pobreza, a ter em conta o conjunto de normas sociais, ou valores que orientam os comportamentos dos indivíduos na sociedade rural moçambicana. Desta forma é complicado falar de pobreza ou intervir nela sem ter em conta esta dimensão particular, pois a ela subordinam-se todas as outras causas evidentes da pobreza extrema. A eficácia das actividades da UNOPS/PDHL, demonstra a relevância deste aspecto na medida em que, desde o início tiveram em conta a realidade local, não feriram a poligamia, trabalharam com os líderes comunitários e com chefes tradicionais estimulando-os com subsídios de participação em reuniões, e na implementação dos projectos no âmbito PDHL respeitaram o ritual tradicional mais conhecido por Sembe.

No que concerne a percepção do que é pobreza, em Thentha os pobres são aqueles que quando não tem dinheiro para pagar a moagem do milho trazem galinhas ou milho. São também aqueles que tem algo para comer mas não tem para vestir. E os mais pobres são os que trabalham na machamba dos outros em troca de comida, os que tem menos terra, os que não tem emprego, os que cultivam em pequenas áreas, os que não tem nada para comer e vestir, os deficientes físicos e mentais, os idosos desamparados e os que tem apenas uma esposa. Os doentes físicos e os que tem uma esposa são todos tratados da mesma maneira, isto é como muito pobres. O facto dos entrevistados afirmarem a ausência de ricos na povoação, representa do nosso ponto de vista, um exercício

condicionado pela ajuda externa. Trata-se de apagar os ricos do mapa para que toda a população possa ser elegível de modo a receber ajuda das ONG's, doadores bilaterais, projectos, e outras. É uma consequência negativa da ajuda externa.

Em relação a organização das actividades económicas, esta assenta na poligenia que caracteriza a poligamia. A monogamia é sinónimo de pobreza e a poligamia determina estatuto económico e social do indivíduo rico ou bem sucedido na povoação thenta. Enquanto não se resolver o problema da ausência ou deficiência de infra-estruturas, do aumento de produtividade na agricultura e garantir o acesso a educação para todos, a poligamia não será mais do que que uma estratégia de reprodução económica e social no contexto de chemba e das zonas rurais de Moçambique onde ela persiste. A escola é um dos agentes principais de socialização capaz de induzir a ruptura como os valores culturais preestabelecidos quando não se adequam a realidade social. As pessoas estão conscientes dos benefícios que a poligamia oferece, Isto é, maior número de mulheres ou esposas implica também maior número de filhos e machambas. O número de mulheres e filhos indica a disponibilidade de mão de obra gratuita. As motivações que estão na base desta forma de casamento estão também, directamente associados as crenças relacionadas com a divisão sexual de trabalho, que remete as mulheres e filhos para as machambas. Por isso, a monogamia é considerada como fonte de pobreza e não tem lugar na sociedade rural se não para os que pretendem continuar na pobreza. Mas se a organização social e económica assente na poligamia, remete as populações para um agregado familiar numeroso, ou seja, para a família extensa como um indicador de riqueza na percepção local. A primeira avaliação nacional de pobreza (1996-1997), diagnosticou os agregados numerosos como sendo os mais pobres. Esta situação paradoxal permite-nos questionar sobre a inversão desta situação, numa altura em que as motivações que estão na base desse tipo de agregados estão directamente ligadas a um conjunto de crenças e relações sociais simbólicas. Se a participação da população no combate a pobreza deve respeitar a tradição local como as políticas sociais recentes apresentam, não significa, de modo algum, que os projectos tenham de fomentar a poligamia para respeitar a tradição local ou então destruí-la para acabar com os agregados numerosos e pobres. Pelo contrário, há que ter em conta o fomento de as acções concertadas que envolvam, não apenas a participação activa da população mas também a

criação de infra-estruturas básicas que permitirão o surgimento de agregados nucleares ou menos numerosos que caracteriza a urbanização, tratam-se de soluções a longo prazo. Esta postura traria grandes vantagens mas exigiria que os projectos fossem realmente participativos, que não ouvissem só os ricos e que conhecessem a realidade local. O caso de Chemba mostra que a poligamia não existe a partir do mero acaso, existe numa lógica não apenas cultural mas também economicista- quanto maior for a extensão de terra, maior será o número de mão de obra originada pela poligamia (número de mulheres e filhos disponíveis e sem remuneração).

No contexto de pobreza extrema de Chemba, as motivações que estão na base da participação da população no PDHL permitiu confirmar que esta, menos do que comunitária é mais activa e não pôs em causa os valores locais. A poligamia não constituiu obstáculo para obter apoio financeiro por parte da população, senão apenas a falta de organização da população em associações. Esta falta de organização significa, dum lado, que as populações não querem associações porque ainda não perceberam o que ela significa nas suas funções, querem projectos individuais e infra-estruturas para melhorar a qualidade de vida. Por outro lado, os efeitos da cooperativização do campo, iniciada depois da independência, ainda se reflecte no seio da população, embora o respeito a tradição local esteja consagrado pelo princípio de participação comunitária nos programas do governo. As actividades do PDHL, apesar de privilegiar acções colectivas, são um exemplo de sucesso na medida em que conseguiram negociar com a população local, respeitaram os costumes, constituindo assim um modelo coerente e concreto para outras instituições ou agências de desenvolvimento rural em Moçambique.

No contexto de pobreza extrema quanto maior for a situação de pobreza menor será a possibilidade de participação comunitária dos indivíduos no projecto de desenvolvimento económico, no sentido de existir solidariedade e voluntariedade entre os indivíduos. Os membros da Associação 25 de Setembro participam neste programa de desenvolvimento porque encontraram nele um meio favorável para satisfazer as suas ambições (ganhar mais dinheiro). A participação foi mediatizada por uma vontade arbitrária e racional relacionada com os possíveis benefícios que o envolvimento poderia trazer. A participação comunitária só é possível quando as pessoas voluntariamente se organizam para criar ou fazer algo em função dos seus interesses, mas sobretudo quando

a vontade é original, trata-se de algo intrínseco que dificilmente ocorre em contextos de pobreza extrema, porque as pessoas não tem a liberdade de escolhas e estão sujeitas a aderir aos programas por uma atitude racional e momentânea. A participação da população nos programas de combate a pobreza basea-se num processo de interacção social entre indivíduos diferentemente condicionados, envolve mobilização, sensibilização, capacitação dos pobres pelos não pobres, conhecimento dos ricos sobre os pobres e não os conhecimento dos próprios pobres como meio de resolução do problema como se apresenta. O facto das pessoas serem pobres ou habitarem o mesmo espaço não significa a priori que estejam a partilhar uma comunidade. Para além da comunidade ser um conceito inventado, em Thentha as aldeias são constituídas por grupos domésticos que organizam as suas actividades económicas em função das relações de parentesco, que podem ou não constituir uma comunidade. Tratarmos o assunto nos moldes de comunidade ou participação comunitária complexifica a realidade social desnecessariamente. A pobreza não une as pessoas de modo a tornarem-se membros de uma comunidade, pelo contrário pode gerar exclusão social entre os indivíduos em determinadas actividades. Como aconteceu na associação de camponeses 25 de setembro em Mulima. O processo de selecção dos indivíduos para membros da associação, baseou-se nas relações de parentesco, e os pobres (não parentes) foram excluídos do processo. A criação de associações como motor do desenvolvimento rural pode ser visto dum lado como um mecanismo de exclusão social e do outro lado como o de integração social. Por isso, a identificação do Nomi e Gumira, duas instituições comunitárias, permitiu confirmar que a participação comunitária na vida dos moçambicanos é uma realidade tradicional e antiga, que surge em momentos especiais. De forma alguma teve início nas zonas libertadas ou aldeias comunais, antes ou depois da independência como as análises superficiais fazem supor. A participação comunitária como um mecanismo informal ou algo original surge como um processo endógeno e não exógeno (apartir do Estado, Ong's ou indivíduos estranhos a comunidade).

No contexto de pobreza extrema ou de desenvolvimento rural em curso verifica-se uma participação activa, apartir de uma força exógena e imposta apartir de mecanismos do tipo "suave" e não coersivo como acontecia com a mobilização das pessoas no projecto das aldeias comunais. O êxito dos projectos de desenvolvimentos

baseados em participação activa ou “comunitária” em contextos de pobreza extrema depende de vários factores, com especial atenção da comunicação educativa. Porque as pessoas encontram-se não apenas numa posição em que dependem totalmente do apoio externo, como também estão inseridas dentro de um sistema cultural preestabelecido.

Portanto o conhecimento local dos pobres é fundamental se tivermos em conta, que a partir dela podemos em conjunto delinear as acções prioritárias e sustentáveis. O princípio do respeito a tradição local como tem aparecido nas políticas recentes de desenvolvimento rural das ong's e do governo não é uma tarefa fácil de cumprir. As tradições locais fazem parte de uma realidade complexa que devem ser entendidas como um fenómeno total, que merece um estudo aprofundado antes de qualquer intervenção. Não se trata apenas de ouvir os pobres, mas sobretudo procurar compreendê-los enquanto indivíduos possuidores de conhecimentos práticos e de cultura. No quadro de referência cultural, nem todos os elementos são benéficos para o desenvolvimento rural, “há que distinguir a água suja do bebé para não deitarmos fora a água e o bebé” como afirma Majid Rahnema (1997) em “The Post Development Reader”.

2. BIBLIOGRAFIA

Abrahamsson, Hans; Nilson, Anders (1995)- Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique. CEEI-ISRI. Padrigu

ACNUR (1996) - Perfil de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Chemba. Província de Sofala. PNUD. Maputo.

Adam, Yussuf (1986)-Cooperativização na Agricultura e Modificação nas Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique. Dissertação. CEA-UEM. Maputo

_____ (1996)- A Pobreza em Moçambique vista sobre os Proprios Pobres. Estudo Participativo sobre a pobreza. Documento não publicado. Maputo

_____ (1996) – Trick or Treat: The Relationship Between Destabilisation, Aid and Government Development Policies in Mozambique 1975-1990 A dissertation Submitted by Yussuf Adam for the PhD degree in Development Studies. International Development Studies. Roskilde University

Adam, Yussuf e Coimbra, Humberto (1995)Distritos Ricos e Distritos Pobres: Uma Identificação das Áreas de Estudo. Documento nº 2. CEP-UEM. Maputo

Andersons, Benedict. (1992)- Imagined Communities: Reflections of the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition. Verso. London-New York

Andrade, Inácio Rebelo de (1997)- Algumas Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento. In: Venâncio. J.C. (coord)- O Desafio Africano. Vega. Lisboa

Artur, Luís (1998) – Constatações Feitas num diagnóstico realizado em Cocorico-Distrito de Mopeia. In: Boletim do DRP/DRA. Nº6. Maputo.

Arusha (1990)- African Charter for Popular participation in development and transformation. IDR. International Conference on Popular Participation in Recovery and Transformation. Tanzania

Augé, Marc dir (1975)- Os domínios de Parentesco: Filiação, Aliança Matrimonial, Residência. Edições 70. Lisboa

Bahalla, A. S e Lapeyre Frédéria (1999)- Poverty and exclusion in a global Word. Macrillan Press LTD. Great Britain.

Balandier, Georges Sauvy (1971)- Sens et puissance. Les Dynamiques Sociales. PUF. Paris.

Bairoch, Paul (1986)- Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In enciclopédia Enaudi. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Nº 7.

Bastos, L. R. P, et al. (1995)- Manual de Elaboração de Projectos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias. 4ª Edição. Revista Ampliada. CTE Editora. Brasil

Basiliat, J et al (1997) – Estratégias de Extensão para o Desenvolvimento Rural: uma abordagem sensível ao género. Programa Nectar. Faculdade de Agronomia. Maputo

Boudon, R. et al (1993)- Dicionário Crítico de Sociologia, Editora Ática. São Paulo

Boletim da República (1998) - 2º suplemento, Nº7, 24 de fevereiro. Maputo

Brito, Luís (1991) – Le Frelimo et la Construction de L 'Etat national au Mozambique- le sens de la référence au marxisme (1962-1983), Tese de Doutoramento, Universidade de Paris VIII – Vincennes, pp.157-206 (texto traduzido pelo autor em Português). Maputo

Bruhl, Levy (1910)- Les Funcions dans les société primitives.Paris.PUF.

Castel - Branco, Nuno (1995)- Opções Económicas de Moçambique. In: Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Inter África. Maputo

Calloun.C. J. (1980)- Community: Toward a variable conceptualization for comparative research. Social History. 5.105-130.

Chabal, Patrick, et al (1999)-African Works: Disorder as political instrument. Center for udviklingsfor. Denmark

Chamber, Robert (1993)-Rural Development: Putting the last first. ISBN. New York.

Chichava, José. A (1999)-Participação Comunitária e Desenvolvimento: O Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique. MLGraphics. Maputo.

Casal, Yanez (1996)- Antropologia e Desenvolvimento. Aldeias Comuns de Moçambique. IICT. Lisboa

Durkheim, Émile (1977) – A divisão do Trabalho Social. Vol.1. Editora Presença.Lisboa

Evans- Prichard E. E. (1950) – Parentesco e a Comunidade Local entre os Nuer. In: Radcliffe-Brown e Forde, Daryll – Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento. 2ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa

Ferguson, James (1990)-Development and Bureaucratic Power in Lesotho. In Rahnema. M.Ş.Bawtre "The Post Development Reader. Zed Dooks. London.

Ferrinho, Homero (1993) – Comunicação Educativa e Desenvolvimento Rural. Edições Afrontamento. Porto.

Florêncio, Fernando (1994) – Processos de Transformação Social no Universo Rural de Moçambique. Pós colonial. O Caso do Distrito de Buzi. Tese de Mestrado no Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Lisboa

Frelimo (1976) – Resolução sobre as Aldeias Comunais. Documentos da 8ª sessão do Comité Central. Maputo

Frelimo (1976b) – Vamos construir um estado do povo ao serviço do povo. Documentos do 1º seminário Nacional do Aparelho do Estado e Função Pública. 1º Vol

Frelimo (1978)- II Conferência nacional do Trabalho Ideológico. 5-10 de Junho.Beira.

Freitas, I.- Ferraz de (1971)- O Grupo Senã. Gabinete de Ação Psicológica. Confidencial. AHM. Lourenço Marques

Geertz Clifford (1963) - Agricultural Involution. Berkeley and los Angeles: University of California Press

Girod, Roger (1984)- Les Inégalités Sociales. Paris. PUF.

Gluckman, Max (1958) – Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: Feldman-Bianco, Bela org. Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo. Global Universitária.

Godelier, Maurice (1986)- Modo de Produção. In enciclopédia Enaudi. Imprensa Casa Da Moeda. Lisboa

Governo de Moçambique (2000)- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta:2000-2004. Maputo

Hedges, David et al (1993)- Moçambique no augé do colonialismo 1930-19661. História de Moçambique. Vol.3. Departamento de História. UEM. Maputo.

Heritier, Françoise (1989)- A Família, In: Enciclopedia Enaudi. Vol.20. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.

Hugon, Paul (1988)- História das doutrinas económicas. Atlas Editora. São Paulo

INE (1996)- Anuário Estatístico: Província de Sofala. Maputo

INE (1997)- II Recenseamento Geral da População e Habitação. Província de Sofala. Abril. Maputo

Klein, Martin (1980)- Introduction. In: Klein, Martin (ed.)- Peasants in Africa:Historical. Process and contemporary Perspectives. Sage Publications. London

Lipton, M S Ravallion, M (1995)-Poverty and Policy: in Jerebehrman and Tnsrinivasan (ed.) Handbook of Development Economic.V.3.Amsterdão: Northolland

Lipton, M. e Maxwell, M (1992) –The New Poverty Agenda: an overview. Institute of Development Studies. Discussion paper nº.306. Brighton

Londsdale, John (1989)- African Past in Africa's Future. In: Canadian Journal of Africans Studies.Vol.23. N.1

Mauss, Marcel (1950)- Ensaio Sobre a Dádiva. Perspectivas do homem. Edições 70. 1988. Lisboa

Mammo, Tirfe. (1999)-The Paradox of African's Poverty: The Role of Indigenous Knowledge, Traditional Practices and Local Institutions- the Case Of Ethiopia. RSP. INC. Eritreia.

Manor, James. (1998)- A Promessa e as Limitações da Descentralização Muguambe.J.E et al (org.). MAE. Prol. Texto nº6. Maputo

Matalon, B. Ghiglione (1993)- O Inquérito. Teoria e Prática. 2ª Edição. Celta Editora. Oeiras

Medeiros, Eduardo (1997) - Etnias e etnicidade em Moçambique. O advento do Mundo Sena. Das origens à 1918. In: o Desafio Africano. Venâncio, José. C. Editora Vegas. Portugal.

Mejia, Margarita (2000)- Dinâmicas Locais nas Associações de Camponeses do Distrito de Manhiça (Província de Maputo). Relatório de Investigação. Programa Mulher. Movimondo/Molisv-Cooperação Italiana. UEM.CEA. Maputo.

MPF, UEM e IFPRI (1998)- Pobreza e Bem Estar em Moçambique. Primeira Avaliação Nacional 1996-1997. Maputo

MPF (1998)- Pobreza e Bem Estar em Moçambique: Perfil, Determinantes e Implicações para as Políticas. Maputo

_____ (2000)- Perfil Provincial da Pobreza e Desenvolvimento Humano.Província de Sofala. Junho. Editado pelo Departamento de Programação Económica. Não publicado

_____ (2000)- Perfil Provincial de Pobreza e Desenvolvimento Humano: Província de Sofala. Departamento de Programação Macro-económica. Não publicado.

_____ (2000)- Glossário de Termos sobre Pobreza e Segurança Alimentar. Maputo

MICAS (1998)- Política de Acção Social. Aprovada na Resolução nº12/98. 9 de Abril, Conselho de Ministros.Maputo Abril de 1998

MISAU et al (1997)- Perfil Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição: Província de Sofala. Distrito de Chemba. Maputo

Muthambe, Olga (1998) -Vamos Moçambicanizar a Metodologia participativa. In: Boletim do DRP/DRA. Nº6. Maputo

Negrão, José (1997)- Repensando as modas de Desenvolvimento Rural: in Sogge, David (ed.). Perspectivas sobre Ajuda e o Sector Civil. GOM. Netherland

Negrão, José e António Sopa (1996) – A Participação das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais. Relatório final- Projecto COMRES GTA/MICOA/CEA. Maputo

Nisbet, Robert. A (1973)- Comunidade. In: **Foracchi, M.M. e Martins. J. Souza org (1977)**- Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro. LTC.

Nisbet, Robert. A (1973) - The Sociological Tradition. Heinemann. London

ONU (1995) – Declaração de Copenhague- Adoptada na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento. Copenhague

Pinto, Madureira José (1985)- Estruturas Sociais e Práticas Símbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e Pesquisa Empírica. Edições Afrontamento. Porto

Perroux, Françoise (1981)- Ensáio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa

Prata, António Pires (1983)- A Influência da Língua Portuguesa sobre o Swahili e quatro Línguas de Moçambique. IICT. Lisboa

Queiroz, I.Pereira de (1988)-Experimentos com Histórias de Vida: Relatos do Indizível ao Dizível. Editora Vértice. São Paulo

Rahnema, Magid (1992)- Participation. In Wolfgang, Sachs (ed.) The Development Dictionary. London

_____ (1997)- Towards Post development: Searching for Signpost. A new Language and new Paradigms. In Rahnema & Bawtree " the post development Reader". Zed Books. London

Redfield, Robert (1973).The little Community and peasant society and culture. Chicago: The University of Chicago Press

Rita-Ferreira, António (1975)- Os Povos de Moçambique. História e Cultura. Edições Afrontamento. Porto

Rowland, Robert.(1987)- Antropologia, História e Diferença: O que é Cultura? Das respostas clássicas ao Pós -Modernismo. Edições Afrontamento. Porto

Sahilins, Marshal (1987)- Ilhas de História. Editora Zahar. Rio de Janeiro.

Sawaia, Bader Burihan (1996)- Comunidade: In: **Campos, R. H. F** (org.) Psicologia Social comunitária. Editora Vozes. Petrópolis

Sardan, J.P. Olivier de (1990) - Para uma Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento, In: Revista Internacional de Estudos Africanos. Nº12 e 13. Janeiro-Dezembro. 189-198.

Schubert, Renate (1994)- Poverty in Developing Countries: Its Definitions, Extent and Implications. In: Economics, Vol. 49. No.50. Institut for Scientific Co-operation. Tubungen

Sousa, Alfredo de (1963)- Organização e Programas de Desenvolvimento. In Revista de Estudos Políticos e Sociais. Vol.N.3. ISCSPU. Lisboa

Souza, Maria Luiza de (1987)- Desenvolvimento de Comunidade e Participação. Editora Cortez. São Paulo

Turner, Victor (1972)- Schism and Continuity in African Society. Mup. Manchester

Tonnies, Ferdinadi (1989)- Comunidade e Sociedade. In Cruz. M Braga da (org). Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos. Vol-I. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa

Townsend, P. (1979) – Poverty in the United Kingdom. A Survey of Household Resources and Standards of Living. Harmondsworth: Penguin

Van, Velsen, (1967) – Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado. In: Feldman-Bianco, Bela (org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Global Universitária. São Paulo

UNAC (1996)- Estatutos. UNICEF. Maputo

UNOPS (2000a)- Plano Operativo 2000. Província de Sofala. Maputo

UNOPS (2000b) – Relatório Resumo de actividades Desenvolvidas a Partir de Janeiro à Dezembro de 2000. Distrito de Chemba

UNOPS (1998)- Programa de Desenvolvimento Humano a Nível local: Seminário de Lançamento. PNUD. Maputo

Vala, Salim. C (1998)- O que é Participação Comunitária? In Jornal Domingo de 11 de Janeiro. Nº 833.p18.Maputo

Verhelst, Thiery. (1987)- No life Without Roots. Zed books. London

Weber, Max. (1987)- Conceitos Básicos de Sociologia. 1ª Edição. Editora Morais. São Paulo.1987

Wallerstein, Immanuel (1974) - O Sistema Mundial Moderno: Agricultura Capitalista e as Origens da Economia Mundo Europeia sec XVI. Edições Afrontamento. Porto

Wilk, Richard R, Netting, Robert (1984) – Households: Changing Forms and Functions. In: Wilk, Richard, Arnould, Eric J. (orgs.). Households. Comparative and Historical Studies. University of California. Berkeley

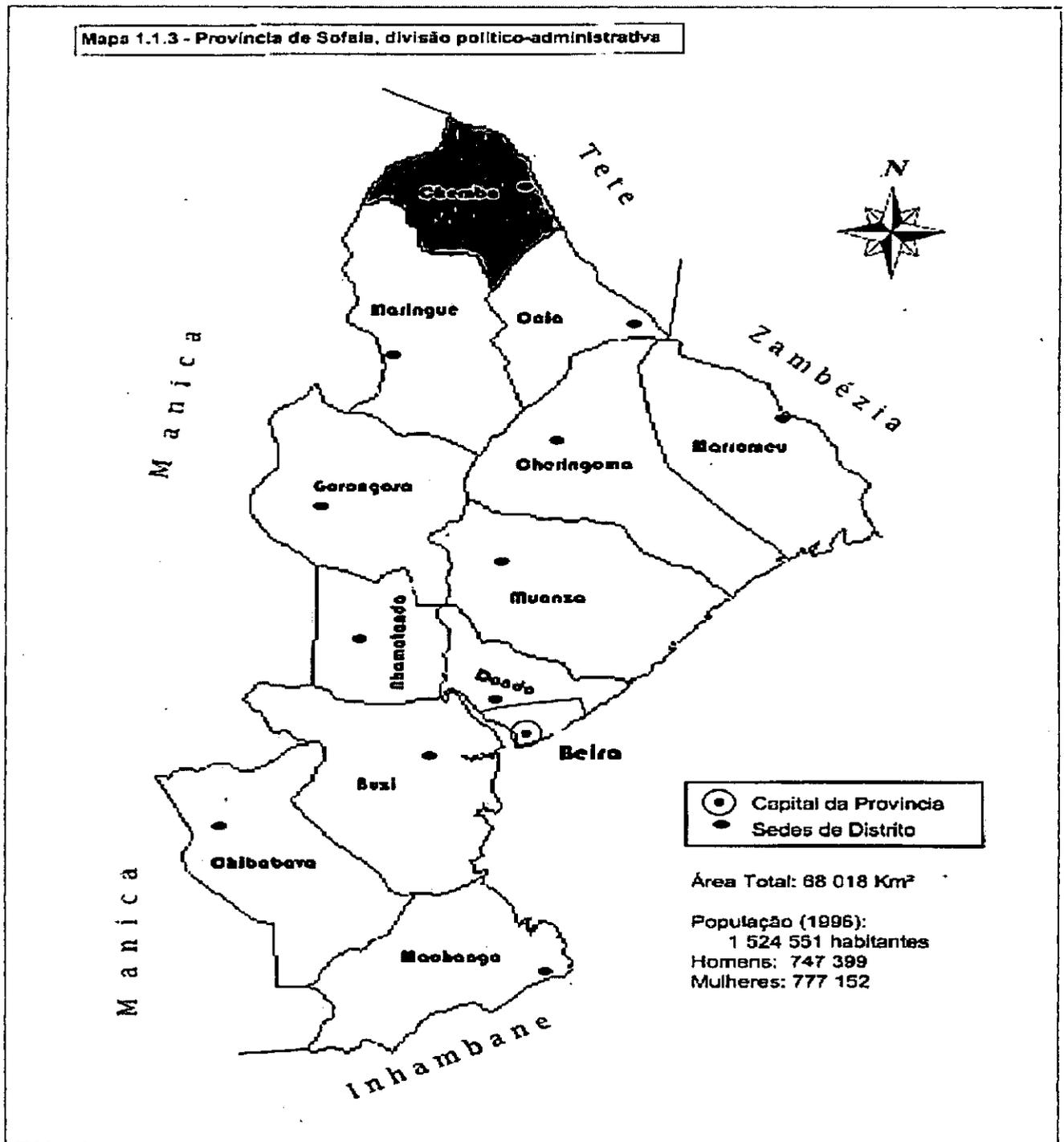
Wiarda, Howard J.(1982)- Para uma Teoria não Etnocêntrica do Desenvolvimento: As Concepções Alternativas do Terceiro Mundo. Revista de Ciências Sociais. vol.25, nº.2. Rio de Janeiro

3.ANEXOS

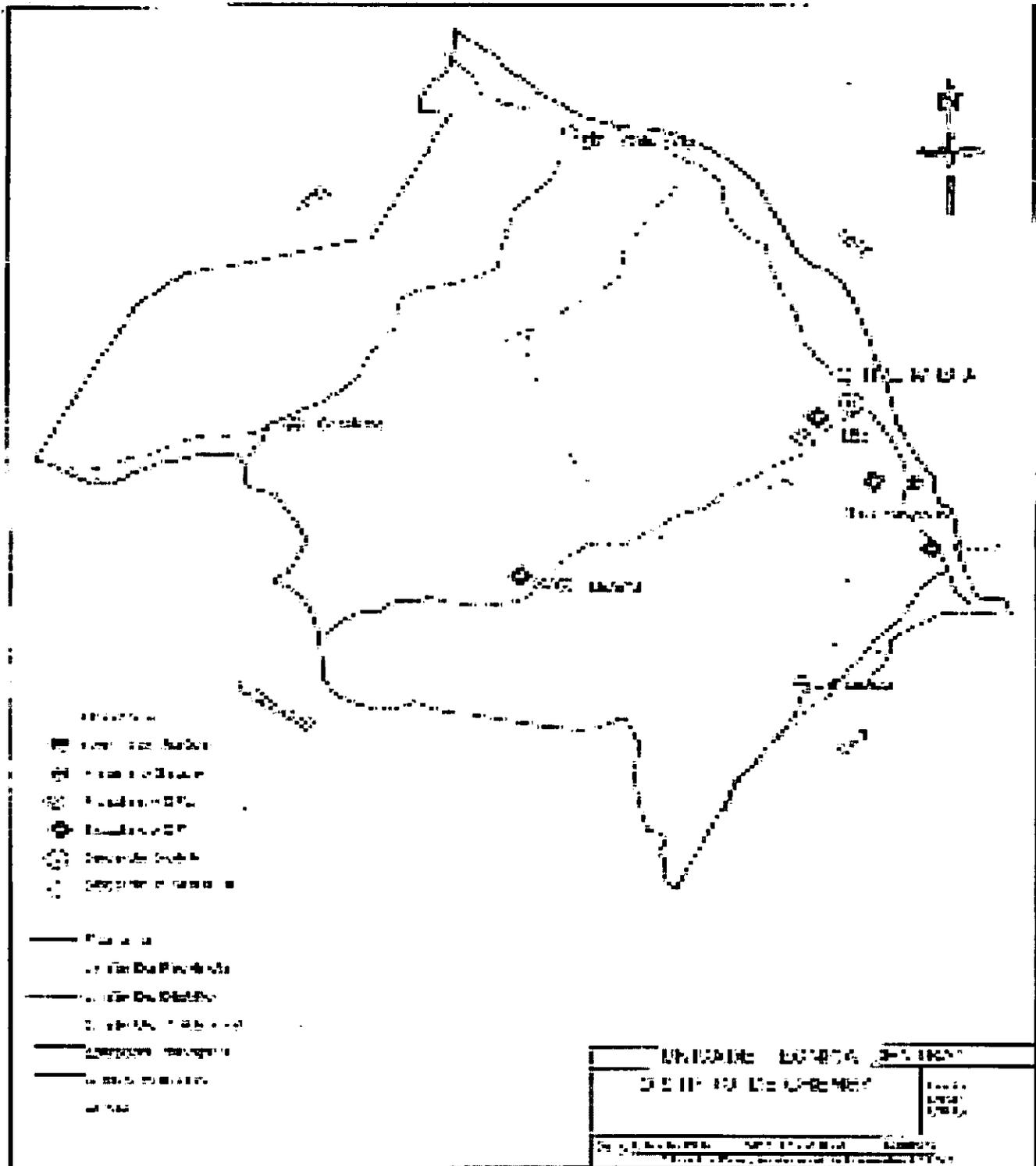
3.1. Mapas

Localização Geográfica do distrito de Chemba

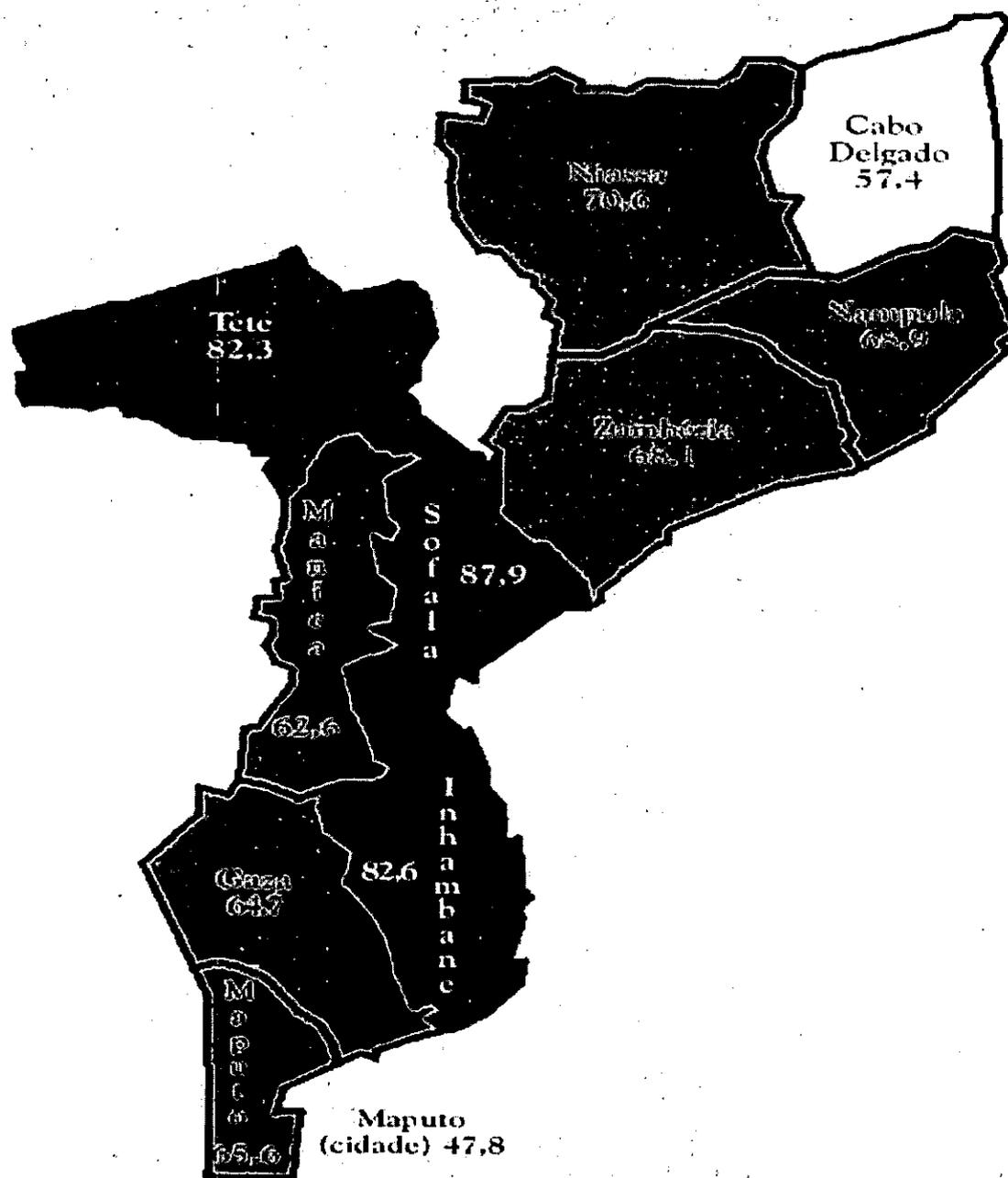
Anexo nº1



Anexo nº 2



Incidência de Pobreza por Província



Fonte: MPF, INE (IAF 1996/97)

3.2.TABELAS

Anexo nº4

Disponibilidade de produtos no distrito até 1997

Produtos	Sede do Distrito	Localidade
Alimentos de base	+	++
Outros alimentos	++	+
Animais	++	++
Peixe	++	P
Bens de consumo	++	+
Bens moveis	++	+
Combustíveis	+	++
Culturas de rendimento		

Fonte: Perfil distrital de segurança alimentar, MISAU:1997.

Legenda: ++ Sempre Disponível e em quantidades suficientes

+ Sempre disponíveis em quantidades menores

P Só disponível num período do ano

Anexo nº5
Índice de Desenvolvimento Distrital de Chemba (IDD)

Items /Infra- estruturas	Nº de infra-estruturas
Represas	0
Tanque carracida	0
Gabinetes	0
Residências	2
Armazéns	1
Bancos	0
Ep1/Ep2	3
Rede sanitária	1
Índice de Base Material (IBM)	7
ONG's	3
Índice de apoio Externo ao desenvolvimento (IAED)	3
Nº de desmobilizados até acordo geral de paz	2
Soldados desmobilizados(densidade proj)	2
Soldados transportados até 1994	1
Refugiados a regressar	2
Refugiados regressados	3
Nº de deslocados transportados	1
Índice de conflitos (IC)	11
Densidade populacional	1
Fertilidade dos solos	2
Produção do milho	1
Produção de mandioca	1
Cobertura da rede comercial	0
Índice de potencial económico (IPE)	5
Qualidade das estradas	1
Minas	2
Índice de acesso (IA)	3
IDD	29

Legenda

0-1= Baixo,
2=médio,
3 ou mais = alto,

IDD=29

Fonte: Yussuf Adam e Humberto Coimbra, 1995

Anexo nº6

Agentes económicos no distrito até janeiro de 2001

Items	Proprietário	Localização	Financiador
Ind.Moageira	Associação	Sossoto/Chemba	PIRAC/1997
"	J.N.Chiposse	Sede/Chemba	FARE/1997
"	Associação	Sede/Chemba	PIRAC/1997
"	Missão SantaTerezinha	Sede/Chemba	Próprio
"	Adelino	Catulene/Chiramba	Próprio
"	Victor Parafino	Chiramba	UNOPS/PDHL- FFPI 1999
	Associação 25 de Setembro	<u>Mulima</u>	UNOPS/PDHL- FFPI.1999
Estabelecimentos Comerciais	A.G.Perdigão	Sede/Chemba	FARE/1997
"	Ernesto Nhambo	Sede/Chemba	UNOPS/PDHL- FFPI 1999
"	Carlitos Bengemane	<u>Mulima</u>	UNOPS/PDHL- FFPI. 1999
"	António Jone	Chiramba	UNOPS/PDHL- FFPI. 1999
Outros			
Alfataria	Mário Beca	Macanga/Sede	UNOPS/PDHL- FFPI 1999
Padaria	Anita Candeeiro	Sede/Chemba	UNOPS/PDHL- FFPI 1999
Carpintaria	Ernesto M'Buzi	Sede/Chemba	UNOPS/PDHL- FFPI 1999

Fonte: UNOPS:2001, Administração Local.

Anexo nº 7

Distribuição das aldeias e povoações do Regulado Mulima

Nome	Função	Nome de Povoações	Nome de aldeias
Augusto Jecerão Mulima	Regulo	Thentha	
Zondane Jofrice Tacho	Fumo		Nhazuipapa
Niquice Alfenete Chabuluca	Fumo		Nhacapunguzila
Ofece Semente	Saphanda	Vizua	
Deve Jene Chabuluca	Fumo		Massau
Francisco Cassume	Saphanda	Cassume/ Pangale	Cassume
Brizito Fundice	Fumo		Daua
Andrassone M'Ponha	Saphanda	Bundze	
Vasco Americo Joaquim	Fumo		Nhacagulane
José Cerveja Xavier	Saphanda	Chenda e Xavier	
Muandinhusa Dique	Fumo		Matando
Jofrice Campira Tomocene	Fumo		Nthimba
Manue Melo Cachere	Fumo		Nhangoma/Catcheu
Felix Vernejo António	Fumo	Nhacambuembue	
Bernardo Bucha	Saphanda	Thowe	
Castelo Samo	Fumo	Mangale e Malele	
Ferrão Nhancaca	Fumo		Chitenge

Fonte: Administração do distrito

Anexo nº8

Distribuição da população na povoação Tentha

Nº de agregados particulares	164
Nº de chefe de famílias (homens)	154
Nº de esposas	449
Nº de viúvas	10
Nº de filhos	301
Nº de filhas	291
Nº de homens	455
Nº de mulheres	750
Nº total da população	1205

Fonte: Administração do Distrito de Chemba, 2000.

Anexo nº9

Composição da Família, Idade, Sexo, e Propriedade dos membros da associação

Nº Membros	Sexo	Idade	Nº esposas/esp oso	Nº de filhos	Nº de Machambas
1	Masculino	47	4	14	5
2	“	43	4	14	5
3	“	36	3	14	4
4	“	35	5	21	6
5	“	33	4	12	5
6	“	33	3	13	4
7	“	32	4	14	5
8	“	31	4	16	5
9	“	30	3	15	4
10	“	30	5	10	6
11	“	29	4	11	5
12	“	28	3	9	4
13	“	28	4	12	5
14	“	28	5	16	6
15	Feminino	27	1	5	1
16	“	25	1	4	1

Fonte: Entrevistas

Anexão 10

Distribuição da População no posto administrativo de Mulima

Posto Administrativo	Homens	Mulheres	Nº total população	Agregados particulares
Mulima	9.652	11.673	21.325	5.031
Mulima-sede	5.082	6.214	11.296	2.767
Regulo Mulima	2.573	3.138	5.711	1.362
Povoação Thentha				154
Regulo Nharúgue	2.509	3.076	5.585	1.405
Goé	4.570	5.459	10.029	2.264
Regulo Cado	3.068	3.683	6.751	1.429
Regulo Sussuto	1.502	1.776	3.278	835

Fonte: II Recenseamento Geral da população:1997. Província de Sofala.

Anexo nº11

Número de associações de camponeses até 2001

Nº ordem	Nome da associação	Actividades em acção
01	Lambane	Agricultura e latoaria
02	Chaves	Agricultura e fabrico de tijolos
03	Chapo	Agropecuária e carpintaria
04	3 de Fevereiro	Agricultura
05	N'susso	Agricultura e comercialização de excedentes
06	Melo	Agricultura e fabricos de esteiras
07	Mulima	Agricultura, comercialização de excedentes agrícolas e indústria moageira
08	Nhandula	Agricultura e Pesca
09	Nhacaimbe	Agricultura e Comercialização de excedentes
10	Sossoto	Agricultura e indústria moageira
11	Cado	Agricultura comercialização de gado caprino
12	Goe	Agricultura
13	Correia	Agricultura e fabrico de óleo através de prensa manual

Fonte: UDAC.

Anexo nº12

Actividades Realizadas pelo PDHL/UNOPS (1999-2001) no de Chemba

Distrito

Componentes	Actividades realizadas	Localização
DAIL	- Reabilitação do edifício do registo civil e notariado	Vila Sede
	- Apoio na formação de juizes Comunitários e divulgação da lei cívica	Vila Sede
	- Reabilitação do escritório da UNOPS/PDHL	Mulima e Chiramba
GRT	- Elaboração do Plano do Desenvolvimento Distrital	Distrito de Chemba
	- Constituição do grupo de trabalho nos Postos Administrativos	Mulima e Chiramba
	- Capacitação dos grupos sectoriais em matéria de planificação e elaboração de pequenos projectos de geração de rendimento	Mulima e Chiramba
	- Elaboração do Mapa Comunitário de Riscos e Recursos	Vila Sede
DEL	- Construção do mercado Municipal	Vila Sede
	- Apoio financeiro na legalização de 2 Associações de camponeses	Mulima e Chiramba
	- Integração destas duas associações em projectos de geração de rendimento para a comunidade	Mulima e Chiramba
	Montagem de moageiras e estabelecimentos comerciais	Vila Sede, Mulima, Chiramba
	- Divulgação da lei e regulamento de terra e associativismo, junto a ORAM promoveu palestras e seminários a 200 participantes	Vila-Sede, Mulima Chiramba
	- Visitas e aconselhamentos nalgumas associações agro-pecuárias e latoeiras	Vila sede, Mulima, Chiramba
	- Apoio a OMM, na produção de Plantas fruti-florestais e criação de animais (caprino e aves)	Vila Sede
Aconselhamento a grupos formados em matéria de gestão de negócios (micro- finanças) .	Vila Sede, Mulima e Chiramba	
Saúde	- Apoio na melhoria da qualidade dos serviços	
	- 20 funcionários capacitados na matéria de sistemas de informação de saúde, 14 enfermeiros em técnicas de enfermagem	Vila Sede
	- Apoio na elaboração do Perfil Sanitário do Distrito	Vila Sede
	- Apoio no reforço da ligação entre o serviço de saúde e a	"

	Comunidade	
	- Fornecimento de uma Ambulância	Vila Sede
	- 25 pessoas sensibilizadas sobre saúde mental	"
	-- 10 Parteiras locais capacitadas e dotadas dos respectivos material de trabalho	"
	- 328 Palestras sobre educação sanitária e comunitária	"
	Saneamento Ambiental	"
	- 18 fontes de água construídas e reabilitadas	Vila Sede, Mulima. e Chiramba
	- Um estudo hidro- geológico realizado	Vila sede
	- 26 Comitês de Gestão de fonte de água	"
	- Reabilitação de 1 sistema de abastecimento de água	Vila Sede
Educação		"
	Apoio no melhoramento da qualidade de ensino	"
	- 40 Professores Capacitados em metodologia de ensino	"
	- 30 Directores do Ep1 capacitados	
	- 20 Professores capacitados em metodologias de trabalho com grandes turmas	
	- 14 professores formados na escola do futuro ADPP	
	- Apoio no melhoramento da cobertura escolar	
	- Direcção distrital de educação apetrechada	Vila Sede
	- Direcção distrital de educação Reabilitada	Vila Sede
	- 4 salas de aulas apetrechadas (Ep1)	Mulima
	- 2 salas de aulas apetrechadas (Ep1)	Lambane
	- Equipamento desportivo distribuído (futebol, Basketbol e voleibol)	
	- Traje Cultural distribuído para grupos locais	
	- Entregue uma viola a direcção distrital de cultura, juventude e Desporto	
	- Equidade	
	- Um núcleo de deficientes ex- militares (ADEMIMO) formados	
	- Sensibilização sobre o perigo das minas	
	- 7.774 pessoas sensibilizadas	
	- 45 locais com perigo de minas sinalizadas	

Fonte: UNOPS:2001.

Legenda:

DAIL- Direito e Apoio as instituições Locais

GRT – Gestão de Recursos Territoriais e ambiente

DEL – Desenvolvimento Económico Local

3.3. Guião de Entrevistas

Anexo nº 13

1. Programa

- a) Ano de início de actividades no distrito.
- b) Quais são as áreas de actividades?
- c) Número de comunidades abrangidas
- d) Quem são os beneficiários.
- e) Quais são as actividades que tem tido sucesso e fracasso, quais as razões que estão por detrás ?
- f) Quais os factores que determinam o funcionamento dos projectos/programa?
- g) Qual o principal motivo que leva as pessoas a participarem nas actividades do projecto?
- h) Quem são os líderes comunitários e qual tem sido o papel nas actividades dos projectos?

1.1. População/Beneficiários do Projecto

1.1.1. Dados Biográficos

- a) Nome
- b) Idade
- c) Sexo
- d) Estado civil
- e) Ocupação/Actividade
- f) Actividade no projecto
- g) Nome da aldeia onde reside

1.1.2. Composição do agregado familiar

- a) Número de esposas ou esposos
- b) Número de filhos
- c) outros parentes (irmão, sobrinhos, tios e outros)
- i) outras pessoas

1.1.2.1. Fonte de Rendimento

1.1.3. Divisão sexual de trabalho

- a) Actividades exercidas por homens
- b) Actividades exercidas por homens e mulheres
- c) Existência ou não de cooperação nas actividades domésticas

1.2. Estrutura Social

- a) qual o tipo de organização social?
- b) Qual o tipo de casamentos dominante?
- c) Como é que é feita a divisão sexual do trabalho?
- d) Como era a produção antes da guerra e depois da guerra
- e) Quais são as estratégias utilizadas no tempo de crise (fome, secas, cheias)?

1.1.3 Percepções Locais de Pobreza

- a) Quando é que alguém é considerado pobre?
- b) Quais os termos usados para designar a pobreza, riqueza, miséria?
- c) Quais as principais causas da pobreza?

1.1.4. Sobre a Associação

- a) Data de fundação.
- b) Número de membros.
- c) Quem são as pessoas que fazem parte? Parentes, vizinhos, amigos?
- d) Quais os principais problemas e como é que são resolvidos?
- e) Fizeram alguma cerimónia para inauguração destas actividades?
- f) Como é que se chama?
- g) Quem é que orienta?
- h) O que é necessário para ser membro da associação?
- i) Qual o principal motivo que leva as pessoas a se organizarem em associação?
- j) O que é uma associação?
- k) Como é que surgiu a ideia de associação?
- l) Esta forma de organização tem melhorado as condições de vida?

3.3.2. Lista dos Entrevistados

Anexo 14

1. Augusto Jecerão Mulima. 67 anos. Régulo de Mulima. 67 anos. 24/01/01. Mulima.
2. Vaco Américo Joaquim. Fumo. 58 anos. Representante da Direção Distrital da Agricultura. 24/01/01. Mulima
3. Luíz Tomas Tomo. 28 anos. Técnico da UNOPS. 02/02/01. Chemba
4. Berema. Presidente da UDAC. 30/ 01/01. Chemba
5. João Jeross. Presidente da Associação 25 de Setembro. 24/01/01. Mulima
6. António Jeros. Vice presidente da Associação. 24/01/01. Mulima
7. Xadrec Fernando. Secretário. 26/01/01. Mulima
8. Sabonete António Jeros. Tesoureiro. 26/01/01. Mulima
9. Sebastião Mulima. Fiscal. 26/01/01. Mulima
10. Sapateiro Fedross Jeros. Fiscal. 26/01/01. Mulima
11. Manuel Candeado. Fiscal. 26/01/01. Mulima
12. Gustavo Cebola. Membro da associação. 26/01/01. Mulima
13. Viriato Agostinho. Membro da associação. 26/01/01. Mulima
14. Sebastião Mandruzi. Membro da associação. 26/01/01. Mulima
15. Felisberto Botão. Membro da associação. 27/01/01. Mulima
16. Fernando Alfinete. Membro da associação. 27/01/01. Mulima
17. António Candieiro. Membro da associação. 27/01/01. Mulima
18. António Carlos Cabeça. Membro da associação. 27/01/01. Mulima
19. Joana M'buzi- Membro da associação. 27/01/01. Mulima
20. Elisa António-Membro da associação. 27/01/01. Mulima

4. Fotografias

Anexo nº 15

Tipo de Habitação Dominante

Fonte: Autor



Anexo 16

A casa onde funciona a moageira da Associação 25 de Setembro



Fonte: Autor

Anexo 17
O Moageira, vista no interior da casa



Fonte: Autor

Anexo n°18
Mualo ua Sena

